

## ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Liq Participações S.A. e controlada, distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. Expansão e mudança na estrutura societária
3. Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.
4. Principais políticas e práticas contábeis
5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
6. Informação por segmento
7. Caixa e equivalentes de caixa
8. Contas a receber de clientes
9. Tributos a recuperar
10. Depósitos judiciais
11. Imposto de renda e contribuição social
12. Despesas antecipadas e demais ativos
13. Investimentos em controlada
14. Imobilizado
15. Intangível
16. Debêntures e Empréstimos e financiamentos
17. Fornecedores
18. Salários, encargos sociais e benefícios
19. Obrigações com arrendamento mercantil
20. Tributos a recolher
21. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
22. Demais obrigações
23. Patrimônio Líquido
24. Receita operacional
25. Resultado por natureza
26. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas
27. Receitas (despesas) financeiras líquidas
28. Resultado por ação
29. Transações com partes relacionadas
30. Dividendos a pagar
31. Cobertura de seguros
32. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa
33. Eventos Subsequentes
34. Aprovação das demonstrações financeiras

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Liq Participações S.A., (“Liq” ou “controladora”), em conjunto com sua subsidiária (“Companhia”) é uma das empresas líderes no Brasil em *customer experience*, e tem como um dos seus principais pilares a inclusão social. Aproxima as marcas de seus consumidores, por meio de soluções completas em BPO e CRM e estratégias voltadas para o trade marketing. Com um olhar humano e uma abordagem all-line (varejo, voz, chat, e-mail, digital), a Companhia cria junto com seus clientes soluções customizadas, inteligentes, descomplicadas e centradas no consumidor final, utilizando a tecnologia e a multicanalidade como ferramentas.

A Liq é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”), classificada na categoria Novo Mercado de Governança Corporativa, sob o ticker: LIQO3 (ON). Foi constituída em julho de 2000, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. A sua sede social está localizada na Avenida Paulista, 407 e 423 - 8º andar, no bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo.

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. A Companhia possui políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, incluindo um programa de compliance.

Em 2018 a Companhia iniciou as operações dos sites Haddock Lobo localizado na cidade de São Paulo/SP e do site Brasília localizado no Distrito Federal.

A Companhia no Brasil opera 19 unidades em 11 Estados, conforme apresentados abaixo:

#	Site	Tipo	UF	Cidade
1	ALEGRIA	Operacional	SP	São Paulo
2	AUGUSTA	Operacional	SP	São Paulo
3	BOA VIAGEM	Operacional	BA	Salvador
4	BORGES DE MELO	Operacional	CE	Fortaleza
5	COMÉRCIO	Operacional	BA	Salvador
6	ELEKTRO	Operacional	SP	Campinas
7	JOÃO PESSOA	Operacional	PB	João Pessoa
8	MACKENZIE	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
9	MAUÁ	Operacional	RJ	Rio de Janeiro
10	NAVEGANTES	Operacional	RS	Porto Alegre
11	NITERÓI	Administrativo	RJ	Niteroi
12	PRADO II	Operacional	MG	Belo Horizonte
13	RIO BRANCO	Operacional	AC	Acre
14	SANTO AMARO	Operacional	PE	Recife
15	PAULISTA 407	Administrativo	SP	São Paulo
16	ALPHAVILLE	Administrativo	SP	Alphaville
17	FLORIANÓPOLIS	Administrativo	SC	Florianópolis
18	BRASÍLIA - TRADE	Administrativo	DF	Brasília
19	HADDOCK LOBO	Operacional	SP	São Paulo

## 1.1 Melhorias para retomada operacional da Companhia

Considerando as tendências de comportamento do consumidor, a Companhia revisitou o seu posicionamento estratégico, de forma a refletir em sua marca e em suas comunicações para o mercado uma série de mudanças que já estão incorporadas em seu modelo de negócios. O investimento em soluções mais integradas, por meio de multicanais, permitindo que os consumidores tenham experiências diferenciadas sempre que busquem contato com empresas clientes, está transformando a forma de atuação da Companhia e a forma como é percebida pelos seus clientes. Para consolidar essa nova fase, a Companhia lançou em 11 de setembro de 2017 sua nova marca “Liq”, que reflete sua nova proposta de valor, baseada em soluções all-line de customer experience.

## 1.2 Fortalecimento da estrutura de capital da Companhia

Em 31 de dezembro de 2018, em função do registro do valor justo da dívida, a Companhia apresenta patrimônio líquido positivo de R\$ 83.433, prejuízo acumulados de R\$ 280.524 e incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em prejuízo de R\$ 223.435.

A Companhia tem conquistado avanços importantes para reverter essa situação. Em 14 de dezembro de 2017, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, os credores de dívidas que representavam mais de 95% do endividamento total da Companhia, aprovaram novos termos e condições para o pagamento de debêntures e empréstimos. A revisão incluiu carência de dois anos para o pagamento de juros e de três anos para pagamento de principal. Pelos novos cronogramas de amortização, o prazo médio ponderado (duration) das debêntures passa a ser superior a 9 anos, com vencimentos concentrados em 2030 e em 2035.

O reperfilamento da dívida permite que a Companhia disponha de mais caixa para implantar as ações necessárias à continuidade do *turnaround* operacional, com vistas principalmente à reversão do prejuízo. A Liq já tem colhido os resultados dessa virada, com melhorias nas condições comerciais em diversos contratos com fornecedores, maior controle de mão de obra direta e indireta, redução da ociosidade, aumento de margem em operações, aperfeiçoamento de processos e uma estrutura societária mais enxuta.

Nesse contexto, a Administração segue empenhada na execução do plano de melhoria operacional que tem por objetivo a recuperação operacional da Companhia nos próximos períodos. Esse plano está em consonância com as diretrizes do Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

## 1.3 Procedimento arbitral

Em 02 de fevereiro de 2017, a Companhia divulgou fato relevante informando a solicitação de instalação de um procedimento arbitral em face da Companhia na Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão, pelas ex-acionistas Verde AM Dividendos Master Fundo de Investimentos em Ações, Verde AM Unique Long Bias Master FI Em Ações, Verde AM Sul Energia FI Ações – Dividendos, Verde Master Fundo de Investimento Multimercado, Verde Equity Master Fundo de Investimento Multimercado, Verde Strategy II Master Fundo de Investimento Em Ações, Verde AM Valor Dividendos Fundo De Investimento Em Ações, Verde AM Performance Fundo de Investimentos Em Ações, Geen II Fund LLC, e Green Fund LLC (“Requerentes”), no qual as Requerentes reclamam o recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 30 de abril de 2015, cujo pagamento encontra-se suspenso por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 29 de dezembro de 2015

e da Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2016. Tal procedimento arbitral encontra-se em trâmite e ainda não foi proferida nenhuma decisão dos árbitros sobre o pedido dos ex-acionistas.

#### 1.4 Fatos relacionados às debêntures da 5ª e 6ª emissão

##### **Requerente BAMS Administração de Bens e Participações S.A.**

Em 06 de março de 2018, a BAMS Administração de Bens e Participações S.A. (“Bams”), ajuizou ação cautelar antecedente, com pedido liminar, pleiteando a suspensão da 5ª e 6ª emissões de debêntures da Companhia, em função da eventual diluição na emissão de títulos conversíveis. No entanto, em 19 de março de 2018, o juiz da 1ª vara empresarial e de conflitos de arbitragem do foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, indeferiu o pedido.

A Bams recorreu dessa decisão e, em 07 de maio de 2018, o Tribunal de Justiça de São Paulo indeferiu o pedido de liminar no agravo de instrumento interposto por esta acionista.

Em 24 de julho de 2018, a 1ª vara empresarial e de conflitos de arbitragem do foro da comarca da capital do Estado de São Paulo julgou improcedente o pedido formulado pela BAMS Administração de Bens e Participações S.A. (“Bams”) em face da Companhia, extinguindo a ação com resolução do mérito.

Em 27 de julho de 2018, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial negou provimento ao agravo de instrumento formulado pela BAMS em face da decisão que indeferiu a concessão de tutela cautelar antecedente, visto que, em decorrência da improcedência da ação, o agravo de instrumento restou prejudicado pela perda do objeto da ação.

##### **Requerente Hipca Business e Administração de Bens LTDA**

A Hipca Business e Administração de Bens LTDA, (“Hipca”), em 12 de março de 2018, também ajuizou uma ação cautelar antecedente, com pedido liminar, que tramita na 4ª vara cível de Jundiaí, Estado de São Paulo, e obteve, no mesmo dia, liminar para suspender as ofertas da 5ª e 6ª emissões de debêntures da Companhia. Em 16 de março de 2018, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em agravo de instrumento apresentado pela Companhia, revogou a liminar concedida, reconhecendo, dentre outras razões, o fato da autora, Hipca, não ser acionista da Companhia. A 5ª e 6ª emissões foram liquidadas em 20 e 21 de março de 2018. Em 13 de agosto de 2018, a 2ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, decidiu pela extinção do processo por ilegitimidade de parte conforme divulgado nota 24. Em 23 de outubro de 2018, o juiz da 1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Tribunal de Justiça de São Paulo, certificou o trânsito em julgado da ação.

## 2 EXPANSÃO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Inicialmente, a Liq foi criada para atender as demandas de contact center de uma grade operadora do setor de telecomunicações. No entanto, ao longo dos anos, a Liq ampliou e

diversificou sua carteira de serviços, apresentando forte crescimento em clientes de alto volume e complexidade, tendo se consolidado como uma das principais do mercado de serviços corporativos no Brasil.

O crescimento operacional da Companhia vem passando por algumas mudanças societárias decorrentes de, vendas e incorporações, conforme destacam-se a partir de 2016.

- Em 09 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a venda da Divisão Allus (Stratton Spain, Bex, Stratton Peru, Allus Spain, Allus Peru, Multienlace, Stratton Argentina, Stratton RES, Stratton Nea, Stratton Chaco), para o Grupo Konecta.
- Em 31 de dezembro de 2016, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou a Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Ability”), com o fim de simplificar sua estrutura operacional e societária, além de agregar a atividade de trade marketing em uma única empresa, reforçando o conceito de multicanalidade na prestação de serviços.
- Em 31 de dezembro de 2016, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou as subsidiárias BRC e Venecia.
- Em 31 de maio de 2017, a Liq Corp S.A. (anteriormente denominada Contax Mobitel S.A.) incorporou a Todo Tecnologia da Informação S.A. e sua subsidiária, com objetivo de simplificação da sua estrutura operacional.

Assim, em 31 de dezembro de 2018, a estrutura societária da Companhia e de sua controlada está apresentada a seguir:



\* Não operacional.

### 3 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que é a moeda funcional. Foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e comparam

os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM” e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando totalmente em convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 12 de março de 2019 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até esta data.

### 3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

#### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 5.3.

#### b) Transações com pagamento baseado em ações

A Companhia oferecia a seus executivos planos de opção de compra de ações de sua própria

emissão. A Companhia adota as disposições da Deliberação CVM nº 650/10, reconhecendo como despesa, em base linear, o valor justo das opções, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido.

A despesa acumulada reconhecida reflete o período de aquisição adquirido e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de pagamento baseado em ações. Nenhuma despesa é reconhecida para as opções que não tenham iniciado o seu período de aquisição

c) Imposto de renda e contribuição social

No Brasil compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias no exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas locais. Nossa única subsidiária com o exterior é a sucursal na Argentina que é tributada à alíquota de 35%.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº 676/11.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um

determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

#### 4 PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Consolidação: as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Liq e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a Liq e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, está destacada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia aplicou a Deliberação CVM nº 640/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 (R2), que trata dos Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. De acordo com essa deliberação, a Companhia deve aplicar os critérios apresentados no item 4.3 na consolidação de subsidiária no exterior.

A tabela a seguir resume as participações societárias da Liq e de suas subsidiárias, bem como as atividades operacionais nas quais estão engajadas:

Nome	Atividade	País	2017 e 2018
Liq Corp S.A.	Contact center / Multicanal	Brasil	100%
Liq Corp S/A – Sucursal Argentina*	Contact center	Argentina	100%

\*Não operacional



4.2 Circulante/não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

4.3 Moeda funcional: as demonstrações financeiras de cada subsidiária incluída na consolidação são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera. A subsidiária no exterior adota o Real como moeda de apresentação.

As demonstrações financeiras da controlada no exterior são convertidas para Reais, utilizando-se os seguintes critérios:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês; e
- Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados no patrimônio líquido no grupo de outros resultados abrangentes.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

#### 4.3.1 Contabilidade em economia hiperinflacionária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apenas a empresa Liq Argentina (Sucursal) permanece representando as considerações acima descritas.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão da controlada no exterior, para a moeda de apresentação, em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa final		
Peso Argentino (AR\$)	0,1029	0,1755
Taxa média		
Peso Argentino (AR\$)	0,1027	0,1865

O Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (“INDEC”) publicou os dados do índice de preços no atacado de maio de 2018, o qual tem sido publicado de forma consistente na Argentina e utilizado como base para acompanhamento da inflação no país.

A publicação indicou que a inflação acumulada nos últimos 3 anos ultrapassou 100%. Em decorrência disso e outros fatores, conforme descrito no NBC TG 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (Deliberação CVM 805/18), a Companhia concluiu que a Argentina se enquadra em um ambiente de economia hiperinflacionária. Devido a isso, a Companhia adotou a NBC TG 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária.

Os itens não monetários assim como o resultado do período foram corrigidos pela alteração do índice de correção entre o período inicial de reconhecimento e o período de apresentação, a fim de que o balanço da subsidiária esteja registrado ao valor corrente.

Como a economia hiperinflacionária foi identificada apenas para as subsidiárias na Argentina, e a controladora não está em país de economia hiperinflacionária, a Companhia não reapresentou os saldos anteriores, conforme requerido pela Deliberação CVM 640/10 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. A correção monetária correspondente ao período de reconhecimento inicial até 31.12.17 foi de R\$ 222, enquanto a correção referente ao exercício de 2018 foi de R\$ 2.605.

A conversão do saldo da subsidiária com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor no final do mês, para itens patrimoniais e de resultado.

A Companhia utilizou o Índice de Preços ao Consumidor (“IPC”) para correção dos saldos para o período compreendido entre 01.01.17 até o período corrente. Os índices acumulados utilizados nos exercícios de 2017 e 2018 foram respectivamente 24,79% e 47,65%.

- 4.4 Ajustes a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações

financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

- 4.5 Investimentos: nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.
- 4.6 Informação por segmento: um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão.

Com base no CPC 22, os segmentos operacionais da Companhia não atingem os critérios mínimos quantitativos para divulgação, e não foram considerados significativos para sua apresentação de forma separada.

- 4.7 Caixa e equivalentes de caixa: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudanças de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.
- 4.8 Instrumentos financeiros: incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (*IFRS* 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado**: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo. Os instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 5.2.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

#### **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros designados são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Eles são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Quando existentes derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos ou uma reclassificação do ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

- 4.9 Contas a receber de clientes e outros recebíveis: são registradas pelos valores correspondentes aos serviços prestados com aceite do cliente que podem estar

faturados na data de encerramento das demonstrações financeiras ou não, deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (*IFRS 9*) – Instrumentos financeiros.

- 4.10 Depósitos judiciais: No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não alcançáveis pela Companhia pendentes de decisão judicial.
- 4.11 Ativo imobilizado: apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil, requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução destas tecnologias podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Deliberação CVM nº 639/10 requer que seja realizada avaliação da recuperação de todos os itens integrantes deste subgrupo sempre que houver indício de perda, visto que nenhum item deve permanecer registrado por valor maior que o valor de realização, seja pela venda ou pelo uso. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de *impairment* através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada. A recuperação dos investimentos no ativo imobilizado foi testada em 2018 não sendo identificados ajustes para refletir perda no valor recuperável. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos divulgados na nota 15.1.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

- 4.12 Ativo intangível: os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

A avaliação da recuperação dos ágios realizada anualmente considera premissas e julgamentos divulgados na nota explicativa 15.1. Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

- 4.13 Fornecedores: são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos, se aplicável, até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.
- 4.14 Arrendamento mercantil: as operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil do bem e a vigência do contrato, os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

- 4.15 Capital social: corresponde ao valor obtido na emissão de ações. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, se houver, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.
- 4.16 Ações em tesouraria: quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido e as ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, a diferença entre o valor contábil e o valor recebido é reconhecida como um aumento no patrimônio líquido na rubrica de reservas de capital. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, na venda, na emissão ou no cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.
- 4.17 Lucro por ação: o cálculo do lucro básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 28, o lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

- 4.18 Apuração do resultado: o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.
- 4.19 Receita de vendas: as receitas de vendas de serviços são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, adotada pela companhia em 1 de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os serviços são prestados e efetivamente aceitos pelos seus clientes. Esses critérios são considerados atendidos quando os serviços são transferidos ao comprador.

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e descontos. Nas demonstrações financeiras consolidadas as receitas de vendas também estão líquidas das eliminações de vendas oriundas das transações realizadas junto as partes relacionadas, quando aplicável. A Companhia não identificou impactos em relação às práticas anteriormente utilizadas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

Os serviços são faturados e/ ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:

- Serviços de *telemarketing* e atendimento ao consumidor: a receita é auferida com base em tempo de conversação e/ou, por preço fixo por posição de atendimento (“PAs”) disponibilizada ao cliente e/ou, por preço variável com base em metas acordadas com os clientes.

- Serviços de recuperação de crédito: a receita é auferida com base no percentual acordado com o cliente sobre os créditos recuperados junto aos clientes destes, somente após o reconhecimento pelo contratante que o crédito foi recuperado a receita é reconhecida.
- Serviço de desenvolvimento de *software* personalizado: a receita é auferida com base no estágio de desenvolvimento e também contemplam receitas com os serviços de manutenção (pós-venda).
- Serviços de trade marketing: a receita é reconhecida conforme preço fixo negociado na contraprestação de serviços de promoção de vendas (PDV), e demais serviços de marketing e apoio ao negócio.

4.20 Participação dos funcionários e administradores nos lucros: os funcionários têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente com os sindicatos, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.21 Custos e despesas: os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência estão representados principalmente por despesas com pessoal.

4.22 Receitas e despesas financeiras: as receitas financeiras abrangem os juros sobre montantes investidos, incluindo ativos financeiros disponíveis para venda, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros e passivos financeiros, em casos de extinção de dívidas, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem juros e correção monetária de empréstimos, financiamentos de outros passivos bem como variações cambiais.

4.23 Dividendos: o dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante, por ser considerado uma obrigação legal prevista no estatuto social.

4.24 Demonstração do valor adicionado: As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas informações individuais e consolidadas.

4.25 Novas normas e interpretações:

IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A Companhia adotou a IFRS 9/CPC 48, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma a partir de 1º de janeiro de



2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos dessa norma ao período comparativo apresentado.

#### Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no IAS 39/CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

	<b>Classificação IAS 39/CPC 38</b>	<b>Classificação IFRS 9/CPC 48</b>
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não Circulante)</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Saldos a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não Circulante)</b>		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Saldos de partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Risco sacado	Custo amortizado	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado	VJR
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado

As debêntures renegociadas pela Companhia com adoção da norma em 1º de janeiro de 2018 foram mensuradas pelos valores justos por meio do resultado (VJR) sendo reconhecido um valor de R\$ 511.539 no patrimônio líquido e um valor de R\$ 263.521 de IR e CS passivo diferido da Companhia.

O quadro a seguir resume os impactos da adoção da IFRS 9/CPC 48 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018:

Ajustes IFRS 9 CPC 48				
	Conforme apresentado em 31/12/2018	Na adoção da norma em 01/01/2018	Até 31/12/2018 posterior a adoção	Sem efeito da IFRS 9/CPC 48
<b>Ativo</b>				
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.358.333</b>	-	-	<b>1.358.333</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Debêntures</b>	20	38.126	(38.126)	20
<b>Derivativos embutidos</b>	-	-	-	-
<b>Outros passivos circulante</b>	381.549	-	-	381.549
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>381.569</b>	<b>38.126</b>	<b>(38.126)</b>	<b>381.569</b>
<b>IR e CS Diferido</b>	424.661	(263.521)	(89.689)	71.451
<b>Debêntures</b>	42.998	736.934	301.180	1.081.112
<b>Derivativos embutidos</b>	9.665	-	738	10.403
<b>Outros passivos não circulante</b>	416.007	-	-	416.007
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>893.331</b>	<b>473.413</b>	<b>212.229</b>	<b>1.578.973</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
<b>Outros resultados abrangentes</b>	157.859		(173.616)	(15.757)
<b>Prejuízos acumulados</b>	(280.524)	(511.539)	-	(792.063)
<b>Reserva de capital</b>	10.675	-	(487)	10.188
<b>Demais contas do patrimônio</b>	195.423	-	-	195.423
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>83.433</b>	<b>(511.539)</b>	<b>(174.103)</b>	<b>(602.209)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.358.333</b>	-	-	<b>1.358.333</b>

#### Impairment de ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de perdas incorridas da IAS 39/CPC 38, por um modelo de perdas de crédito esperadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes. A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. A Companhia não teve impactos significativos pela adoção da norma.

#### Contabilidade de hedge

A Companhia não possuiu nenhuma operação de contabilidade de hedge registrada em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e emendas a normas		Data efetiva (períodos anuais iniciados em ou após)
IFRS 16 – CPC 06 (R2)	Operações de arrendamento financeiros	1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre os Tratamentos do Imposto de Renda	1º de janeiro de 2019
Emendas à IFRS 9	Características de Pré-Pagamento com Compensação Negativa	1º de janeiro de 2019
Emendas à IAS 28	Interesses de Longo Prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2019
Melhorias Anuais de Padrões IFRS	Ciclo 2015–2017	1º de janeiro de 2019
IFRS 17 -	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2021

#### 4.26 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas que são emitidas, mas ainda não estão em vigor, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia estão divulgadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se aplicáveis, quando se tornarem efetivas.

**IFRS 16 Leases** – A IFRS 16 (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Leases, a IFRIC 4 Determining whether an Arrangement Contains a Lease, o SIC-15 Operating Leases-Incentives - e o SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na norma anterior.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem

retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

### **Transição para a norma IFRS 16**

A Companhia planeja adotar a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optará por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicará a norma à contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Durante 2018, a Companhia realizou avaliação inicial dos impactos do IFRS 16, cujos montantes estimados estão detalhados a seguir (sendo que a natureza de despesa e/ou custo no tratamento anterior será alterada de despesa operacional para despesa com depreciação e juros).

	Consolidado
	31/12/2018
<b>Ativos</b>	
Direito de uso – Edificações	322.316
<b>Passivos</b>	
Passivo de arrendamento	322.316
<b>Efeito no patrimônio líquido na adoção inicial</b>	-

A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais.

## **5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado os quais são gerenciados ativamente em conformidade com a Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”).

A Política de Risco está sob a administração do Comitê Executivo, do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração e Diretoria Financeira, todos com papéis e responsabilidades claros e definidos, a saber:

Conselho de Administração: é o responsável pela aprovação da Política de Risco. Ademais, define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis para a Companhia em nome de seus acionistas;

Comitê Financeiro: é responsável pela execução da Política de Risco, por meio da supervisão do processo de gestão de risco, do planejamento e verificação dos impactos das decisões implementadas, assim como da avaliação e aprovação das estratégias de hedge e monitoramento dos níveis de exposição aos riscos de forma a garantir o cumprimento da Política de Risco;

Comitê Executivo: é responsável pela avaliação do posicionamento da Companhia para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho de Administração; e

Diretoria Financeira: tem como tarefa primordial o monitoramento, avaliação e comunicação dos riscos financeiros incorridos pela Companhia. Ainda destaca-se da Política de Riscos a vedação à Companhia em contratar operações alavancadas em mercados derivativos, bem como a determinação que operações individuais de hedge estejam limitadas a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de capital para garantir a continuidade de suas operações e maximizar o retorno aos acionistas, por meio da otimização de uso de instrumentos de dívida e de capital.

Em 31 de dezembro 2018, a Companhia incorreu em prejuízos consolidados de R\$ 223.435, patrimônio líquido consolidado positivo de R\$ 83.433 (R\$ 431.906 negativo em 31 de dezembro de 2017), prejuízos acumulados consolidados de R\$ 280.524 (R\$ 568.056 em 31 de dezembro de 2017). A Administração envidou esforços e ações para reestruturar e alongar o perfil da dívida, conforme detalhado na nota explicativa 1.2.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a companhia registrou o valor de R\$ 9.665 a título de derivativo embutido.

A Administração da Companhia acredita que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para a sustentabilidade operacional da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e de investimentos nos próximos 12 meses.

## 5.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento, diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos da Companhia em 31 de dezembro de 2018:

							Controladora
							31/12/2018
Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos

#### Passivos financeiros não derivativos

Empréstimos e financiamentos	34.685	86.979	-	86.979	-	-	-
Fornecedores	2.705	2.705	2.705	-	-	-	-
Debêntures	43.018	1.260.966	-	1.822	31.874	63.701	63.633

							Consolidado
							31/12/2018
Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos

#### Passivos financeiros não derivativos

Empréstimos e financiamentos	95.268	221.376	-	215.024	4.012	2.340	-
Obrigações com arrendamento mercantil	1.795	1.795	-	1.077	718	-	-
Obrigações com arrendamento operacional	245.177	245.177	-	48.623	46.552	44.862	42.335
Fornecedores	142.279	142.279	142.279	-	-	-	-
Debêntures	43.018	1.260.966	-	1.822	31.874	63.701	63.633

## 5.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado as contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, o gerenciamento deste risco se dá conforme apresentado abaixo:

- O risco de crédito relacionado as contas a receber e perda estimadas para o contas a receber é monitorado ativamente, por equipe dedicada, vide nota 8. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.
- O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes, vide nota 7. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratada junto a instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista e aplicações financeiras com as seguintes instituições financeiras.

País	Instituição financeira
Argentina	Banco Santander
Brasil	Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco Safra, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Daycoval, Banco ABC e Banco Pan

### 5.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2018. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada como cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	5% a 7%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"	2,5% a 4,5%
Taxa de Juros de Longo Prazo - "TJLP"	5% a 7%

Adicionalmente, a Companhia utilizou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA (Pu/par) para efetuar o cálculo do valor justo das debêntures reperfiladas. O quadro de análise de sensibilidade considera às variações deste indicador por afetar o valor justo dos referidos instrumentos financeiros.

A Companhia utiliza o modelo Black-Scholes, utilizando a simulação Monte-Carlo, para calcular o valor justo dos derivativos embutidos nas debêntures conversíveis. Neste caso, a variação do preço da ação (LIQO3) afeta o valor justo do derivativo. Portanto, no quadro de análise de sensibilidade foi considerada a variação do preço da ação e consequente efeito no valor justo dos derivativos.

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de variação com relação a taxa do cenário provável.

					Controladora	
					31/12/2018	
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	300	Queda CDI	6,50%	281	276	271
Empréstimos - ICD Banco do Brasil	(34.685)	Aumento CDI	6,50%	(36.940)	(37.503)	(38.067)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(2.274)	(2.842)	(3.411)

					Consolidado	
					31/12/2018	
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	72.864	Queda CDI	6,50%	68.128	66.944	65.760
Empréstimos - BNDES - PSI	(93)	Aumento CDI	6,50%	(99)	(101)	(102)
Empréstimos - Safra	(4.412)	Aumento CDI	6,50%	(4.699)	(4.770)	(4.842)
Empréstimos - TCD Santander	(45.313)	Aumento CDI	6,50%	(48.258)	(48.995)	(49.731)
Empréstimos - ICD Banco do Brasil	(34.685)	Aumento CDI	6,50%	(36.940)	(37.503)	(38.067)
Empréstimos - ICD Societé	(10.765)	Aumento CDI	6,50%	(11.465)	(11.640)	(11.815)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(10.929)	(13.661)	(16.393)

Controladora e Consolidado						
31/12/2018						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Debêntures.1ª Emissão - 1ª Série	(354)	Aumento PU/PAR	3,48%	(366)	(369)	(372)
Debêntures.1ª Emissão - 2ª Série	(183)	Aumento PU/PAR	3,48%	(189)	(191)	(193)
Debêntures.2ª Emissão - 1ª Série	(6.259)	Aumento PU/PAR	3,48%	(6.477)	(6.531)	(6.586)
Debêntures.2ª Emissão - 2ª Série	(20)	Aumento PU/PAR	3,48%	(21)	(21)	(21)
Debêntures.3ª Emissão - Serie Única	(459)	Aumento PU/PAR	3,48%	(475)	(479)	(483)
Debêntures.5ª Emissão - 1ª Série	(13.619)	Aumento PU/PAR	3,48%	(14.093)	(14.211)	(14.330)
Debêntures.5ª Emissão - 2ª Série	(4.423)	Aumento PU/PAR	3,48%	(4.577)	(4.615)	(4.654)
Debêntures.5ª Emissão - 3ª Série	(4.845)	Aumento PU/PAR	3,48%	(5.014)	(5.056)	(5.098)
Debêntures.5ª Emissão - 4ª Série	(9.091)	Aumento PU/PAR	3,48%	(9.407)	(9.486)	(9.566)
Debêntures.6ª Emissão - 1ª Série	(3.765)	Aumento PU/PAR	3,48%	(3.896)	(3.929)	(3.962)
Derivativo 2ª Emissão - 1ª Série	(3.937)	Aumento Preço Ação	0,84	(3.307)	(4.134)	(4.961)
Derivativo 5ª Emissão - 3ª Série	(1.711)	Aumento Preço Ação	0,84	(1.437)	(1.797)	(2.156)
Derivativo 5ª Emissão - 4ª Série	(2.907)	Aumento Preço Ação	0,84	(2.442)	(3.052)	(3.663)
Derivativo 6ª Emissão - 1ª Série	(1.110)	Aumento Preço Ação	0,84	(932)	(1.166)	(1.399)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				50	(2.354)	(4.761)

## 5.4 Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Exposição total		
Caixa e equivalentes de caixa	4	721
Mútuo	12.015	10.486
Fornecedores	(40)	-
Outros ativos e passivos, líquidos	542	905
	<u>12.521</u>	<u>12.112</u>
Exposição cambial impactando o patrimônio líquido (em US\$)	<u>3.232</u>	<u>3.662</u>
Exposição cambial em moeda estrangeira (em US\$)	<u>3.232</u>	<u>3.662</u>



## 5.5 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria – exceto derivativos

A posição dos instrumentos financeiros, exceto derivativos, em aberto na data de encerramento destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas está demonstrada a seguir:

	Controladora			Controladora			
	31/12/2018			31/12/2017			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	354	-	354	1.100	-	7	1.107
Depósito Judiciais	15.819	-	15.819	11.426	-	-	11.426
Saldo a receber de partes relacionadas	1.169.951	-	1.169.951	1.073.001	-	-	1.073.001
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	(2.705)	-	(2.705)	-	(1.799)	-	(1.799)
Saldo a pagar de partes relacionadas	(28.901)	-	(28.901)	-	(14.083)	-	(14.083)
Empréstimos e financiamentos							
Moeda nacional	(34.685)	-	(34.685)	-	(25.226)	-	(25.226)
Debêntures	-	(43.018)	(43.018)	-	(1.029.089)	-	(1.029.089)
	<u>1.119.833</u>	<u>(43.018)</u>	<u>1.076.815</u>	<u>1.085.527</u>	<u>(1.070.197)</u>	<u>7</u>	<u>15.337</u>
	Consolidado			Consolidado			
	31/12/2018			31/12/2017			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	95.457	-	95.457	131.447	-	75.069	206.516
Contas a receber	314.467	-	314.467	414.604	-	-	414.604
Depósito Judiciais	438.543	-	438.543	399.858	-	-	399.858
<b>Passivos</b>							
Debêntures	-	(43.018)	(43.018)	-	(1.029.089)	-	(1.029.089)
Empréstimos e financiamentos							
Moeda nacional	(95.268)	-	(95.268)	-	(175.337)	-	(175.337)
Risco Sacado	-	-	-	-	(11.745)	-	(11.745)
Fornecedores	(142.279)	-	(142.279)	-	(146.418)	-	(146.418)
	<u>610.920</u>	<u>(43.018)</u>	<u>567.902</u>	<u>945.909</u>	<u>(1.362.589)</u>	<u>75.069</u>	<u>(341.611)</u>

## 5.6 Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção (hedge) ou de caráter especulativo.

Em função das novas emissões de Debêntures conversíveis em ações (3ª e 4ª séries da 5ª Emissão de Debêntures e a 6ª Emissão de Debêntures) e do bônus de subscrição cedidos aos debenturistas da 1ª série da 2ª emissão de debêntures, em 31 de dezembro de 2018 foi contabilizado o montante de R\$ 9.665 referente aos derivativos embutidos. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 5.3 do documento.

## 5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros, quando requerido e aplicável, a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM nº 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 — Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 — Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- O valor justo das debêntures foi definido através de taxa indicativa de negociação de títulos na ANBIMA, sendo classificados na categoria nível 2.
- O valor justo dos derivativos embutidos (inclusive as debêntures que possuem as

opções) foram considerados o modelo de black-sholes, utilizando a simulação de Monte-Carlo, sendo classificados na categoria nível 2.

## 5.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2018		31/12/2017	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	354	354	1.107	1.107
Saldo a receber de partes relacionadas	1.169.951	1.169.951	1.073.001	1.073.001
Depósitos judiciais	15.819	15.819	11.426	11.426
Total dos ativos financeiros	<u>1.186.124</u>	<u>1.186.124</u>	<u>1.085.534</u>	<u>1.085.534</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures	43.018	43.018	1.029.089	255.208
Derivativos	9.665	9.665	-	-
Empréstimos e financiamentos	34.685	34.685	25.226	25.226
Fornecedores	2.705	2.705	1.799	1.799
Saldo a pagar à partes relacionadas	28.901	28.901	14.083	14.083
Total dos passivos financeiros	<u>118.974</u>	<u>118.974</u>	<u>1.070.197</u>	<u>296.316</u>
	Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2018		31/12/2017	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	95.457	95.457	206.516	206.516
Contas a receber de clientes	314.467	314.467	414.604	414.604
Depósitos judiciais	438.543	438.543	399.858	399.858
Outros recebíveis	25.093	25.093	20.950	20.950
Total dos ativos financeiros	<u>873.560</u>	<u>873.560</u>	<u>1.041.928</u>	<u>1.041.928</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures	43.018	43.018	1.029.089	255.028
Derivativos	9.665	9.665	-	-
Empréstimos e financiamentos	95.268	95.268	187.078	158.626
Fornecedores	142.279	142.279	146.418	146.418
Obrigações com arrendamento mercantil	1.795	1.795	2.981	2.981
Total dos passivos financeiros	<u>292.025</u>	<u>292.025</u>	<u>1.365.566</u>	<u>563.053</u>

## 6 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Com base no CPC 22, os segmentos operacionais da Companhia não atingem os critérios mínimos quantitativos para divulgação, e não foram considerados significativos para sua apresentação de forma separada.

## 7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e contas bancárias	54	60	22.593	28.932
Aplicações financeiras	300	1.047	72.864	177.584
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>1.107</b>	<b>95.457</b>	<b>206.516</b>

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a aplicações compromissadas e CDB, com rentabilidade média de 94,2 % do CDI, 1,9 p.p. menor em relação a dezembro de 2017. Embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração nem perda significativa de valor. Essas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

## 8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Terceiros no país	325.737	430.243
Terceiros no exterior	47	-
(-) Ajuste a valor presente de clientes (a)	(9.421)	(12.643)
(-) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.896)	(2.996)
	<b>314.467</b>	<b>414.604</b>
Circulante	220.327	323.686
Não circulante	94.140	90.918

(a) Ajuste a valor presente dos saldos em recuperação judicial de cliente (vide nota 8.2). O impacto do período foi registrado em receitas financeiras.

A composição dos valores das contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	215.671	263.255
Vencidos até 30 dias	5.722	49.760
Vencidos de 31 a 60 dias	99	576
Vencidos de 61 a 90 dias	41	1.145
Vencidos de 91 a 180 dias	45	9.376
Vencidos acima de 180 dias (a)	94.785	93.488
(-) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.896)	(2.996)
	<b>314.467</b>	<b>414.604</b>

(a) Conforme descrito na nota explicativa 8.2 abaixo, parte desse montante, R\$ 94.140 refere-se a contas a receber com a "OI" que encontra-se em recuperação judicial.

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) está

demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.996)
Reversão	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.896)
	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.405)
Constituição	(1.625)
Reversão	34
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.996)

A Administração analisou o risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber e ajustou sua PECLD. A administração acredita que a PECLD ora registrada é suficiente para cobertura de eventuais perdas.

## 8.1 Principais Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os clientes responsáveis por mais de 5% de participação da receita bruta estão demonstrados abaixo:

Cliente	31/12/2018	Consolidado
		% Receita Bruta 31/12/2017
Oi	50,05%	52,54%
Santander	9,18%	10,95%
Itaú Unibanco	8,54%	7,58%
América Móvil	6,43%	9,81%

## 8.2 Valores a receber de cliente em recuperação judicial

Em 20 de junho de 2016, a OI S.A. em conjunto com suas subsidiárias protocolaram pedido de recuperação judicial (“RJ”) perante a comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para reestruturar seu endividamento e preservar a continuidade de seus negócios.

Em 20 de dezembro de 2017, foi apresentado o plano de recuperação judicial e aprovado em Assembleia expressiva de credores, fornecedores e parceiros e homologado pela justiça em 08 de janeiro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía um saldo remanescente de contas a receber referente ao período anterior ao pedido de recuperação judicial no valor de R\$ 94.140 (R\$ 90.918 em 31 de dezembro de 2017).

Para os serviços prestados a partir de 20 de junho de 2016 a Companhia está recebendo normalmente os valores devidos pela Oi, em linha com o fato relevante divulgado pela Oi em 20 de junho de 2016 que divulga que manteria normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas, esclarecendo que a recuperação judicial foi adotada, entre outros motivos, para preservar a oferta de serviços e do valor de

suas empresas, bem como para a continuidade de seu negócio e proteção organizada de seu caixa. Em 31 de dezembro de 2018, possuímos com o Grupo Oi um contas a receber de R\$ 57.600 (R\$131.745 em 31 de dezembro de 2017) relativos a movimentos gerados após o dia 20 de junho de 2016.

## 9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS E COFINS	46	34	518	1.094
INSS a recuperar	20	-	18.010	17.207
ISS a recuperar	-	-	810	643
Outros Impostos	-	-	641	1.152
	<u>66</u>	<u>34</u>	<u>19.979</u>	<u>20.096</u>
Circulante	46	34	19.925	17.870
Não Circulante	20	-	54	2.226

## 10 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributária	15.330	10.937	174.176	152.944
Trabalhistas	387	387	258.639	244.067
Cíveis	102	102	5.728	2.847
	<u>15.819</u>	<u>11.426</u>	<u>438.543</u>	<u>399.858</u>

A movimentação de depósitos judiciais no exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2017	Adições	Reversões e Baixas	Atualização monetária(*)
Fiscais	10.937	3.575	-	818
Trabalhistas	387	181	(181)	-
Cíveis	102	-	-	-
Total	<u>11.426</u>	<u>3.756</u>	<u>(181)</u>	<u>818</u>

	Consolidado			
	31/12/2017	Adições	Reversões e Baixas	Atualização monetária(*)
Fiscais	152.944	13.946	-	7.286
Trabalhistas	244.067	68.624	(54.112)	60
Cíveis	2.847	2.881	-	-
<b>Total</b>	<b>399.858</b>	<b>85.451</b>	<b>(54.112)</b>	<b>7.346</b>

(\*) Atualização monetária pela taxa selic mensal

## 11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 11.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ	3.047	12.063	10.073	26.464
CSLL	1.084	103	2.747	16.236
	<b>4.131</b>	<b>12.166</b>	<b>12.820</b>	<b>42.700</b>

### 11.2 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A movimentação dos ativos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
IR e CS diferido ativo	490	169.187
IR e CS diferido Passivo	(88.487)	(147.539)
<b>IR e CS diferido, líquido - 31/12/2017</b>	<b>(87.997)</b>	<b>21.648</b>
IR/CS diferido sobre valor justo de debêntures	(352.959)	(352.959)
IR/CS diferido sobre conversão das debêntures em capital social	(251)	(251)
Constituição / (utilização) durante o período – Temporárias	2.917	(38.193)
Baixa IRPJ / CSLL diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(54.906)
<b>Saldo final - 31/12/2018</b>	<b>(438.290)</b>	<b>(424.661)</b>
IR e CS diferido ativo	488	94.173
IR e CS diferido passivo	(438.778)	(518.834)
<b>IR e CS diferido, líquido - 31/12/2018</b>	<b>(438.290)</b>	<b>(424.661)</b>
<b>Efeito no resultado</b>	<b>2.917</b>	<b>(93.099)</b>

### 11.3 Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Lucros

As despesas e benefícios com imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 encontram-se resumidas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Corrente				
Imposto de renda	(7.795)	-	(13.591)	(5.956)
Contribuição social	(103)	-	(5.073)	(12)
	(7.898)	-	(18.664)	(5.968)
Diferido				
Imposto de renda sobre adições temporárias	2.145	(43.675)	(28.762)	(55.458)
Contribuição social sobre adições temporárias	772	(16.646)	(9.431)	(19.964)
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	-	(13.559)	(40.372)	(121.450)
Contribuição social sobre base negativa	-	(4.881)	(14.534)	(43.722)
	2.917	(78.761)	(93.099)	(240.594)
	(4.981)	(78.761)	(111.763)	(246.562)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do resultado contábil pela alíquota fiscal vigente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(218.454)	(307.622)	(111.672)	(139.821)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	74.274	104.591	37.968	47.539
Adição/Exclusão permanente de equivalência patrimonial	(57.265)	(159.890)	-	-
Baixa Impostos Diferidos	-	(15.875)	(54.906)	(157.200)
Baixa IR CS saldo negativo	(7.898)	-	(18.664)	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	(12)	7.383	(4.352)
IR e CS sobre diferenças temporárias não constituídas	-	345	-	345
Efeitos decorrentes de Ágio	-	-	-	(11.357)
Impostos diferidos não constituídos no exercício	-	-	-	(5.968)
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituído	(13.696)	(8.317)	(83.148)	(116.203)
Outros	(396)	397	(396)	634
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(7.898)	-	(18.664)	(5.968)
Diferido	2.917	(78.761)	(93.099)	(240.594)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.981)	(78.761)	(111.763)	(246.562)
À alíquota efetiva de:	2,28%	25,60%	100,08%	176,34%

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social de R\$ 1.314.910 (R\$908.869 em 31 de dezembro de 2017), sobre os quais não foram reconhecidos IRPJ e CSLL diferidos ativos.



## 12 DESPESAS ANTECIPADAS E DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a fornecedores	-	68	2.911	264
Adiantamentos a empregados	-	-	5.782	5.714
Créditos a receber (a)	-	1.595	26.572	24.723
Despesas antecipadas	133	180	6.359	7.476
"Escrow" Allus (b)	-	-	-	6.059
	<u>133</u>	<u>1.843</u>	<u>41.624</u>	<u>44.236</u>
Circulante	133	1.843	15.991	23.191
Não circulante	-	-	25.633	21.045

- (a) Refere-se a valores retidos por clientes para cobrir despesas processuais de ações trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Companhia, onde nossos clientes figuram no polo passivo, até que ocorra o encerramento da demanda judicial.
- (b) Refere-se a valores a receber da venda da divisão "Allus" em 2016, esses valores ficaram depositados em uma conta judicial, sendo sua liberação condicionada a certas condições contratuais.

## 13 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

### 13.1 Composição dos investimentos

	Controladora	
Controladas	31/12/2018	31/12/2017
Liq Corp S.A.	(522.343)	(348.290)
	<u>(522.343)</u>	<u>(348.290)</u>

Na controladora o valor do investimento na Liq Corp S.A está considerando o ágio no valor de R\$ 74.365 e patrimônio líquido negativo de R\$ 596.708. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia transferiu o saldo negativo, para conta de "Provisão para Perda com Investimentos" no passivo circulante.

### 13.2 Informações financeiras resumidas de controladas diretas

	31/12/2018	31/12/2017
	Liq Corp S.A.	Liq Corp S.A.
Ativo circulante	388.758	607.846
Ativo não circulante	916.909	1.092.012
Passivo circulante	(341.304)	(417.173)
Passivo não circulante	(1.561.071)	(1.705.340)
Patrimônio líquido (negativo)	596.708	422.655
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Liq Corp S.A.</u>	<u>Liq Corp S.A.</u>
Receita líquida	1.360.433	1.700.799
Prejuízo do exercício	(168.428)	(470.264)

### 13.3 Movimentação dos investimentos diretos em controladas

	Liq Corp S.A.	Controlada direta	
		Total	
		31/12/2018	31/12/2017
a) Participação no capital 31/12/2018			
% de participação	100%		
Quantidade total de ações	14.787.108.108		
Quantidade de ações ordinárias	14.582.934.695		
Quantidade de ações preferências	204.173.413		
b) Informações das controladas em 31/12/2018			
Capital social	578.962		
Patrimônio líquido negativo	(596.708)		
Ágio	74.365		
Resultado do exercício	(168.428)		
c) Movimento do investimento			
Saldo no investimento no início do exercício	(348.290)	(348.290)	123.567
Equivalência patrimonial (i)	(168.428)	(168.428)	(470.264)
Variação cambial de empresas no exterior (ii)	(5.625)	(5.625)	(1.593)
Total	(522.343)	(522.343)	(348.290)
(i) Resultado do exercício;			
(ii) Os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial sobre a conversão dos investimentos na subsidiária no exterior totalizaram R\$ 5.625 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.593 em 31 de dezembro de 2017).			

## 14 IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada a.a.				Consolidado
		31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
<b>Custo:</b>					
Terrenos		1.057	-	-	1.057
Prédios		5.537	-	-	5.537
Equipamentos de transmissão		26.360	-	(396)	25.964
Equipamentos de energia		48.552	344	(4.430)	44.466
Equipamentos de climatização		46.826	1.075	(510)	47.391
Máquinas e Equipamentos		8.228	28	(25)	8.231
Informática		502.092	557	(48.551)	454.098
Móveis e utensílios		167.106	559	(15.688)	151.977
Benfeitorias em bens de terceiros		296.740	3.089	-	299.829
Total		1.102.498	5.652	(69.600)	1.038.550
<b>Depreciação acumulada:</b>					
Prédios	7,14%	(2.372)	(535)	-	(2.907)
Equipamentos de transmissão	20,00%	(25.501)	(184)	396	(25.289)
Equipamentos de energia	6,67%	(37.621)	(1.153)	3.766	(35.008)
Equipamentos de climatização	7,69%	(36.094)	(1.504)	597	(37.001)
Máquinas e Equipamentos	11,11%	(6.379)	(384)	-	(6.763)
Informática	25,00%	(494.164)	(4.782)	48.781	(450.165)
Móveis e utensílios	11,11%	(143.518)	(7.479)	14.989	(136.008)
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	(241.372)	(15.864)	-	(257.236)
Total		(987.021)	(31.885)	68.529	(950.377)
Imobilizado líquido		115.477	(26.233)	(1.071)	88.173
					Consolidado

	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
<u>Custo:</u>					
Terrenos		1.057	-	-	1.057
Prédios		5.537	-	-	5.537
Equipamentos de transmissão		26.360	-	-	26.360
Equipamentos de energia		48.039	578	(65)	48.552
Equipamentos de climatização		45.722	1.290	(186)	46.826
Máquinas e Equipamentos		8.120	147	(39)	8.228
Informática		497.608	5.206	(722)	502.092
Móveis e utensílios		165.345	2.168	(407)	167.106
Benfeitorias em bens de terceiros		293.016	4.028	(304)	296.740
Total		1.090.804	13.417	(1.723)	1.102.498
<u>Depreciação acumulada:</u>					
Prédios	7,14%	(1.837)	(535)	-	(2.372)
Equipamentos de transmissão	20,00%	(25.317)	(184)	-	(25.501)
Equipamentos de energia	6,67%	(36.532)	(1.131)	42	(37.621)
Equipamentos de climatização	7,69%	(34.788)	(1.427)	121	(36.094)
Máquinas e Equipamentos	11,11%	(6.012)	(393)	26	(6.379)
Informática	25,00%	(473.908)	(20.727)	471	(494.164)
Móveis e utensílios	11,11%	(135.980)	(7.804)	266	(143.518)
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	(225.901)	(15.668)	197	(241.372)
Total		(940.275)	(47.869)	1.123	(987.021)
Imobilizado líquido		150.529	(34.452)	(600)	115.477

## 15 INTANGÍVEL

		Consolidado			
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
<u>Custo:</u>					
Software		638.607	7.116	-	645.723
Ágio carteiras de clientes		45.305	-	-	45.305
Ágio s/ Investimento Todo		95.619	-	-	95.619
Ágio s/ Investimento Mobitel		74.365	-	-	74.365
		853.896	7.116	-	861.012
<u>Amortização acumulada:</u>					
Software	10,00%	(448.776)	(30.281)	-	(479.057)
Ágio Carteiras de Clientes/Marcas	9,09%	(30.214)	(4.467)	(4)	(34.685)
		(478.990)	(34.748)	(4)	(513.742)
Intangível líquido		374.906	(27.632)	(4)	347.270

Consolidado					
	Taxa média ponderada a.a.	31/12/2016 Reapresentado	Adições	Baixas	31/12/2017
<u>Custo:</u>					
Software		626.884	11.723	-	638.607
Marcas e patentes		2.007	63	(2.070)	-
Carteiras de clientes		45.305	-	-	45.305
Ágio s/ Investimento Todo		95.619	-	-	95.619
Ágio s/ Investimento Mobitel		74.365	-	-	74.365
Software em desenvolvimento		1.263	-	(1.263)	-
		845.443	11.786	(3.333)	853.896
<u>Amortização acumulada:</u>					
Software	10,00%	(413.115)	(35.661)	-	(448.776)
Carteiras de Clientes	9,09%	(25.553)	(4.661)	-	(30.214)
		(438.668)	(40.322)	-	(478.990)
Intangível líquido		406.775	(28.536)	(3.333)	374.906

### 15.1 Alocação do ágio à unidade geradora de caixa

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa. O valor recuperável da unidade geradora de caixa é aproximadamente de R\$ 1.274.000 e seu valor contábil é de R\$ 169.984 em 31 de dezembro de 2018. O valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa a partir de estimativas financeiras aprovadas pela administração para um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a manutenção da demanda dos serviços. A taxa média de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 13,1% (2017: 9,6%). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 14,3% (2017: 12,5 %).

#### Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso para a unidade geradora de caixa foi elaborada com base nas seguintes premissas:

- Crescimento da receita
- Margem bruta
- Taxa de desconto

#### Crescimento da receita

As taxas são baseadas na manutenção de serviços de clientes atuais, bem como a entrada de novos negócios; bem como *wallet share* e crescimento de novas operações. Entre os principais fundamentos para este crescimento consideramos o *Market Share* histórico da LIQ no segmento de *Contact Center*, bem como um plano consolidado de atuação no segmento de *Trade Market*.

#### Margem bruta

Margens brutas são baseadas em valores médios obtidos nos exercícios anteriores ao início do período de orçamento. A margem bruta projetada para a unidade geradora de caixa foi de 30,7%. Essas margens são aumentadas ao longo do período projetado pelas melhorias de eficiência previstas. Um aumento médio de 1,9% por ano foi aplicado para a unidade geradora de caixa.

### **Taxas de desconto**

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específico a unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor de carregamento do dinheiro e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar.

### **Sensibilidade a mudanças nas premissas**

- Premissas de taxa de crescimento de receita – Considerando a velocidade da mudança tecnológica e a possibilidade da entrada de novos concorrentes no mercado podem causar impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento, a Companhia simulou queda na receita de 3% no período, e ainda assim não haveria indicativo de impairment.
- Margens brutas – A possível redução na demanda poderia levar a uma queda na margem bruta, dessa forma a Companhia simulou a estagnação da margem média sem considerar o aumento médio de 1,9% de crescimento previsto e ainda assim não haveria indicativo de impairment;
- Taxas de desconto – Um aumento na taxa de desconto antes de impostos, resultaria em um maior comprometimento no valor recuperável, a Companhia simulou o aumento de 2,4 pp e ainda assim não haveria indicativo de impairment.

## **16 DEBÊNTURES e EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

### **16.1 Debêntures**

O quadro abaixo apresenta um resumo das debêntures emitidas pela Companhia:

Tipo de emissão	Emissão e Série	Data de emissão	Vencimento final	Quantidade emitida	Na data da emissão			Quantidade em circulação	Encargos a.a.	Taxa média efetiva de juros a.a.	P.M.V.A. (i)	31/12/2018	31/12/2017
					P.U. emissão	Custo de emissão	Prêmio						
Pública	1ª Emissão - Série Única	24/05/11	15/08/30	55	1.000.000	241	-	-	CDI + 1,25%	7,65%	9,9	-	20.732
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	15/12/11	15/08/30	21.264	10.000	1.159	761	855	CDI + 1,25%	7,65%	9,9	354	238.621
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	15/12/11	15/08/30	18.736	10.000	1.022	670	324	IPCA + 7,8%	11,56%	10,1	183	275.942
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	15/08/12	15/08/30	126.719	1.000	658	1.535	126.719	CDI + 2,50%	8,90%	10,5	6.259	36.855
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	15/08/12	15/12/21	126.719	1.000	658	1.535	18	TJLP + 2,5%	9,48%	3,8	20	19
Pública	3ª Emissão - Série Única	29/08/14	15/08/30	31.000	10.000	1.345	-	1.142	CDI + 1,25%	7,65%	9,9	459	337.197
Pública	4ª Emissão 1ª Série	04/05/16	15/12/35	46.303	1.000	129	-	-	CDI + 1,25%	7,65%	10,0	-	56.373
Pública	4ª Emissão 2ª Série	29/08/16	15/12/35	54.540	1.000	129	-	-	CDI + 1,25%	7,65%	10,0	-	63.350
Pública	5ª Emissão - 1ª Série	15/12/27	376.927.142	1	389	-	-	376.927.142	CDI + 1,25%	7,65%	5,8	13.619	-
Pública	5ª Emissão - 2ª Série	20/03/18	15/08/30	121.237.978	1	125	-	121.237.978	CDI + 2,50%	8,90%	12,4	4.423	-
Pública	5ª Emissão - 3ª Série	20/03/18	15/08/30	151.039.356	1	156	-	132.827.042	CDI + 2,50%	8,90%	12,4	4.845	-
Pública	5ª Emissão - 4ª Série	20/03/18	15/05/35	268.984.719	1	278	-	249.212.710	CDI + 2,50%	8,90%	10,7	9.091	-
Pública	6ª Emissão - 1ª Série	20/03/18	30/12/35	122.419.299	1	126	-	103.223.578	CDI + 2,50%	8,90%	12,4	3.765	-
												43.018	1.029.089
Derivativos embutidos sobre debêntures												9.665	-
Total												52.683	1.029.089
Circulante												20	26
Não circulante												52.663	1.029.063

(i) Prazo médio de vencimento em anos

A movimentação de debêntures para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Controladora e Consolidado										
Tipo de emissão	Emissão e Série	31/12/2017	Custos com				Conversão (ii)	Haircut (iii)	Variação Valor Justo	31/12/2018
			Transferência (i)	Reperfilamento	Encargos Financeiros	Apropriação do custo				
Pública	1ª Emissão - Série Única (i)	20.732	(21.198)	-	288	115	-	-	63	-
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	238.621	(233.834)	(11)	3.721	1.345	-	(350)	(9.138)	354
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	275.942	(277.536)	(6)	4.097	1.548	-	(2.280)	(1.582)	183
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	36.855	-	(196)	7.332	1.132	-	-	(38.864)	6.259
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	19	-	-	1	-	-	-	-	20
Pública	3ª Emissão - Serie Única	337.197	(299.997)	(15)	5.215	1.900	-	(32.132)	(11.709)	459
Pública	4ª Emissão 1ª Série (i)	56.373	(57.643)	-	553	315	-	-	402	-
Pública	4ª Emissão 2ª Série (i)	63.350	(64.777)	-	621	354	-	-	452	-
Pública	5ª Emissão - 1ª Série (i)	-	376.959	(430)	12.399	431	-	-	(375.740)	13.619
Pública	5ª Emissão - 2ª Série (i)	-	121.238	(139)	4.010	139	-	-	(120.825)	4.423
Pública	5ª Emissão - 3ª Série (i)	-	151.039	(173)	4.969	173	(19.062)	-	(132.101)	4.845
Pública	5ª Emissão - 4ª Série (i)	-	268.985	(308)	7.644	308	(23.465)	-	(244.073)	9.091
Pública	6ª Emissão - 1ª Série (i)	-	122.419	(140)	3.475	140	(17.130)	-	(104.999)	3.765
		<u>1.029.089</u>	<u>85.655</u>	<u>(1.418)</u>	<u>54.325</u>	<u>7.900</u>	<u>(59.657)</u>	<u>(34.762)</u>	<u>(1.038.114)</u>	<u>43.018</u>
Derivativos embutidos sobre debêntures		-	-	-	-	-	(738)	-	10.403	9.665
Total		<u>1.029.089</u>	<u>85.655</u>	<u>(1.418)</u>	<u>54.325</u>	<u>7.900</u>	<u>(60.395)</u>	<u>(34.762)</u>	<u>(1.027.711)</u>	<u>52.683</u>
Circulante		26								20
Não circulante		1.029.063								52.663

- (i) Em março de 2018 a totalidade do crédito de debêntures foram utilizados na subscrição e integralização da 5ª e 6ª emissões de Debêntures da Companhia. Certos empréstimos foram convertidos em debêntures pelos credores, na emissão da 5ª e 6ª emissão.
- (ii) Durante o período credores da 3ª série e 4ª série da 5ª emissão e credores da 6ª emissão, realizaram conversão de suas debêntures em ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 58.757 e a constituição de uma reserva para aquisição de participação de não controladores de R\$ 487, valores líquidos de IR e CS (R\$ 1.151) gerados na transação.
- (iii) Na emissão das debêntures da 5ª e 6ª emissão de debêntures, a Companhia obteve um perdão de dívida ("Haircut") de R\$ 34.762.

Controladora e Consolidado	
Derivativos Embutidos	31/12/2018
Derivativo 2ª Emissão - 1ª Série	3.937
Derivativo 5ª Emissão - 3ª Série	1.711
Derivativo 5ª Emissão - 4ª Série	2.907
Derivativo 6ª Emissão - 1ª Série	1.110
	<u>9.665</u>

O cronograma de vencimento do endividamento está apresentado abaixo:

Controladora e Consolidado	
	31/12/2018
2020	1.148
2021	2.172
2022	2.170
2023	2.168
2024	3.248
2025	3.243
2026	3.239
2027	4.313
2030	9.869
2035	11.428
	<u>42.998</u>

- a) No cronograma de pagamentos não está sendo considerada a parcela dos derivativos no valor de R\$ 9.665 que estão classificados no longo prazo pela Companhia em seu balanço de 31 de dezembro de 2018.

#### 1ª Emissão de Debêntures de 1ª e 2ª série

Em 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovados tornando vigente o 5º aditamento da escritura de debêntures da 1ª emissão de 1ª e 2ª série. Sendo as principais características: (i) a data de vencimento é 15/08/2030; (ii) o cronograma de amortização será em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020; (iii) o cronograma de pagamento de juros é a partir de 15/03/2019; (iv) existe a previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. e (v) as debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à 100% da taxa DI acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de: (i) 1,25% ao ano no período compreendido entre a 20 de março de 2018 e 15 de dezembro de 2019 (exclusive); e (ii) 2,50% ao ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2019 (inclusive) e a data de vencimento das debêntures. A íntegra das alterações constam do 5º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

#### 2ª Emissão de debêntures

Em 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovadas tornando vigente o 8º aditamento da escritura de debêntures da 2ª emissão 1ª série. Sendo as principais características: (i) a data de vencimento é 15/05/2035; (ii) o cronograma de amortização, é em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020 (inclusive); (iii) a remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 (inclusive) e exigível a partir de 15/03/2019 (inclusive) até 15/12/2023 (inclusive), ambos amortização e remuneração de

acordo com percentuais que encontram-se no 8º Aditamento à Escritura; (iv) a remuneração da debênture é CDI + 2,50% ao ano. A íntegra das alterações constam do 8º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

### 3ª Emissão de Debêntures Série Única

Em 14 de dezembro de 2017, os novos termos e condições das debêntures foram aprovadas tornando vigente com o 5º aditamento da escritura de debêntures da 3ª emissão Série Única: (i) a data de vencimento é 15/08/2030; (ii) o cronograma de amortização é em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020; (iii) o cronograma de pagamento de juros é a partir de 15/03/2019; (iv) há previsão do mecanismo de Cash Sweep para amortização antecipada das debêntures, caso a Companhia apresente excesso de caixa. e (v) as debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à 100% da taxa DI acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de (i) 1,25% ao ano no período compreendido entre a 20 de março de 2018 e 15 de dezembro de 2019 (exclusive); e (ii) 2,50% ao ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2019 (inclusive) e a data de vencimento das debêntures. A íntegra das alterações constam do 5º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia,

### 5ª Emissão de Debêntures 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries

A 5ª emissão teve seu valor nominal unitário de R\$1,00 (um real) em 20 de março de 2018, e com as seguintes datas de vencimento: (i) 15 de dezembro de 2027, para as debêntures da 1ª Série; (ii) 15 de agosto de 2030, para as debêntures da 2ª e 3ª série; e (iii) 15 de maio de 2035, para as debêntures da 4ª série.

#### Remuneração:

As debêntures da 1ª série farão jus a uma remuneração correspondente à 100% da taxa DI acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de (i) 1,25% ao ano no período compreendido entre a 20 de março de 2018 e 15 de dezembro de 2019 (exclusive); e (ii) 2,50% ao ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2019 (inclusive) e a data de vencimento das debêntures da primeira série.

As debêntures da 2ª, 3ª e 4ª séries farão jus a uma remuneração correspondente à 100% da Taxa DI, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 2,50% ao ano, no período compreendido entre 20 de março de 2018 e a (i) Data de vencimento das debêntures da 2ª e 3ª séries ou das debêntures da 4ª série, conforme o caso.

As debêntures da 3ª e 4ª séries serão conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da emissora, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedade por Ações e como consta na Cláusula 4.6 Conversibilidade da Escritura.

#### Conversões:

No quarto trimestre de 2018 foram convertidas 8.664.222 debêntures da 3ª série e 9.501.022 debêntures da 4ª série, totalizando 18.165.244 conversões da 5ª Emissão da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 19.372

### 6ª Emissão de Debêntures – Série Única

A 6ª emissão de debêntures subordinadas teve seu valor nominal unitário de R\$1,00 (um real) em 20 de março de 2018, vencendo-se em 30 de dezembro de 2035.

As debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à 100% da Taxa DI, acrescida



exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 2,50% ao ano, no período compreendido entre a 20 de março de 2018 e a (i) Data de Vencimento.

As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Emissora, nos termos do artigo 57 da lei das Sociedade por Ações e como consta na Cláusula 4.6 Conversibilidade da Escritura.

#### Conversões:

No quarto trimestre de 2018 foram convertidas 5.125.852 debêntures da 6ª Emissão da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 5.210.

## 16.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da posição de empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e vigentes na data de encerramento destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

						Controladora
Objeto	Vigência		Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva	31/12/2018	31/12/2017
	Início	Vencimento				
Em moeda nacional						
ICD BANCO DO BRASIL	12/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	34.685	25.226
					34.685	25.226
Circulante					34.685	-
Não circulante					-	25.226

Consolidado						
Objeto	Vigência		Encargos financeiros a.a.	Taxa efetiva	31/12/2018	31/12/2017
	Início	Vencimento				
<u>Em moeda nacional</u>						
BNDES – PSI	10/2014	06/2019	3,50% a 6,0%	3,50% a 6,0%	93	418
BNDES - Itaú Prosoft I (a)	02/2014	01/2021	TJLP + 4,00%	10,56%	-	22.230
BNDES - Itaú Prosoft II (a)	02/2014	01/2021	SELIC + 4,00%	10,40%	-	29.493
SAFRA	03/2016	02/2019	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	4.412	33.265
ITAÚ (a)	04/2016	12/2021	CDI + 1,22% a.a.	7,61%	-	23.133
CCB ITAÚ (a)	06/2017	03/2018	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	-	9.044
TCD - SANTANDER	06/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	45.313	32.524
ICD BANCO DO BRASIL	12/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	34.685	25.226
ICD SOCIÉTÉ	05/2016	07/2021	CDI + 1,25% a.a.	7,64%	10.765	11.745
					<u>95.268</u>	<u>187.078</u>
Circulante					88.916	58.848
Não circulante					6.352	128.230

(a) Em março de 2018 a totalidade do crédito dos empréstimos foram utilizados para a subscrição e integralização na 5ª Emissão de Debêntures da Companhia.

Apresenta-se abaixo um breve descritivo dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2018:

BNDES – PSI: No âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento, em 16 de

dezembro de 2014, a subsidiária integral Liq Corp S.A. contraiu empréstimo para aquisição de equipamentos de informática. O vencimento final desta obrigação está previsto para 15 de junho de 2019. Em garantia ao financiamento, a Liq Corp S.A. ofereceu avais e alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio desse contrato.

Safra – Em março de 2016, no âmbito do reperfilamento da dívida da Companhia, a subsidiária integral Liq Corp S.A. celebrou contrato de empréstimo com o Banco Safra S.A. na modalidade de capital de giro, com vencimento final em 25 de fevereiro de 2019. O recurso foi aplicado na liquidação das obrigações decorrentes dos contratos “BNDES – expansão da capacidade instalada” e “BNDES – máquinas e equipamentos”.

TCD -Santander: Em 11 de julho de 2017, a Companhia celebrou um Termo de Confissão de Dívida (TCD) com o Santander no valor de R\$ 140.192, com vencimento em 15 de setembro de 2017 e taxa de remuneração de CDI + 1,25% a.a. A dívida que originou o TCD é decorrente da execução da fiança em que o banco figurava como garantidor do contrato de financiamento da Liq Corp S.A. com o BNDES.

Em 01/12/2017 o Santander concorda em refletir o perdão da dívida parcial correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da Dívida Confessada pela Companhia ao Banco na referida data de eficácia (14/12/2017), altera-se também o vencimento para 15/12/2027, os prazos das parcelas de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020. A remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 e exigível a partir de 15/03/2019 até 15/12/2027, ambos amortização e remuneração de acordo com percentuais que encontram-se no 1ª Aditamento.

A remuneração passa para 100% CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a: 1,25% a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50% a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) até o vencimento em 15/12/2027.

ICD Banco do Brasil: Em 06/12/2017 a Companhia confessa o débito ao Banco do Brasil no valor R\$ 104.332.

Em 14/12/2017, na referida data de eficácia, o Banco do Brasil concorda em refletir o perdão da dívida parcial correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da Dívida Confessada pela Companhia ao Banco em 06/12/2017, altera-se também o vencimento para 15/12/2027, os prazos das parcelas de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020. A remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018 e exigível a partir de 15/03/2019 até 15/12/2027, ambos amortização e remuneração de acordo com percentuais que encontram-se no Instrumento Particular de Confissão de Dívida.

A remuneração passa para 100% CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a: 1,25% a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50% a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) até o vencimento em 15/12/2027.

ICD Société - Em 25 de maio de 2016 a Companhia celebrou o Instrumento particular de Confissão de Dívida (ICD) com o Banco Société Générale Brasil (BSGB), com vencimento em 29 de março de 2019 e taxa de remuneração de CDI + 1,25% a.a.. A dívida que originou o ICD é decorrente da cessão de créditos de um fornecedor de informática da Companhia para o BSGB, os créditos são oriundos da aquisição pela Companhia de licenças de softwares concedidas por este fornecedor de informática. Em acordo entre as partes celebrado em 9 de

agosto de 2017, a data de liquidação do ICD foi postergada para 29 de julho de 2021.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2017	Encargos financeiros	Apropriação dos custos	31/12/2018
ICD BANCO DO BRASIL	25.226	9.446	13	34.685
Total	25.226	9.446	13	34.685
Circulante	-			34.685
Não circulante	25.226			-

	Consolidado								
	31/12/2017	Captação	Amortização principal	Amortização juros (i)	Encargos financeiros	Variação monetária	Transferência	Apropriação dos custos	31/12/2018
BNDES - Itaú Prosoft I	22.230	-	(1.797)	(517)	460	35	(20.411)	-	-
BNDES - Itaú Prosoft II	29.493	-	(2.407)	(269)	241	403	(27.461)	-	-
BNDES – PSI	418	-	(323)	(15)	13	-	-	-	93
SAFRA	33.265	-	(28.653)	(1.604)	1.404	-	-	-	4.412
ITAÚ	23.133	6	-	-	391	-	(23.530)	-	-
CCB ITAÚ – BNDES	9.044	13	-	-	153	-	(9.210)	-	-
CCB ITAÚ - BNDES II	-	1.680	-	-	23	-	(1.703)	-	-
CCB ITAÚ - BNDES III	-	1.676	-	-	12	-	(1.688)	-	-
CCB ITAÚ - BNDES IV	-	1.650	-	-	2	-	(1.652)	-	-
TCD -SANTANDER	32.524	-	-	-	12.776	-	-	13	45.313
ICD BANCO DO BRASIL	25.226	-	-	-	9.446	-	-	13	34.685
ICD SOCIÉTÉ	11.745	-	(1.398)	(443)	861	-	-	-	10.765
Total	187.078	5.025	(34.578)	(2.848)	25.782	438	(85.655)	26	95.268
Circulante	58.848								88.916
Não circulante	128.230								6.352

(i) Na demonstração do fluxo de caixa o pagamento de juros das operações de empréstimos e financiamentos estão apresentados como atividade de financiamento.

O cronograma de vencimentos do endividamento está apresentado abaixo:

	Consolidado
	31/12/2018
2019	-
2020	4.012
2021	2.340
	6.352

### Garantias:

	31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Saldo de empréstimos e financiamentos	95.268	187.078
Garantias vinculadas ao BNDES		
Alienação fiduciária dos bens financiados	741	1.346
	741	1.346

### 16.3 CLÁUSULAS RESTRITIVAS (“Covenants”)

As debêntures e empréstimos possuem em suas escrituras obrigação da manutenção de índices financeiros (“covenants”) de forma a evitar o vencimento antecipado da dívida. Destaca-se que, no caso de inobservância a esta exigência, o vencimento antecipado é não automática, devendo a Companhia informar ao agente fiduciário e seus credores o descumprimento para que este, por sua vez, no prazo máximo de 5 dias úteis, convoque uma assembleia geral de debenturistas com no mínimo 2/3 de quórum para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações contraídas pela Companhia.

Em 31 de Janeiro de 2019, os titulares das debêntures da 1ª Série e 2ª Série da 1ª Emissão (CTAP11 e CTAP21, respectivamente), da 1ª Série da 3ª Emissão (CTAP13), da 1ª, 2ª e 4ª Séries da 5ª Emissão, concederam a dispensa de manutenção dos índices financeiros referente ao 4º trimestre de 2018.

O índice resultante da apuração do índice Dívida Líquida / EBITDA aplicável conforme os seguintes valores:

<i>Demonstrações Financeiras Trimestrais relativas ao exercício social de</i>	<i>Índice (ratio) resultante da apuração do índice Dívida Líquida / EBITDA aplicável</i>
2018	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 9,0 (nove) vezes.</i>
2019	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 6,5 (seis inteiros e cinco centésimos) vezes.</i>
2020	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 5,0 (cinco) vezes.</i>
2021	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes.</i>
<i>A partir do exercício social de 2022 inclusive</i>	<i>Índice Dívida Líquida / EBITDA da Emissora em razão igual ou inferior a 3,0 (três) vezes.</i>

O índice resultante da apuração do índice EBITDA/ Despesas Financeira Líquida aplicável conforme os seguintes valores:

<i>Demonstrações Financeiras Trimestrais relativas ao exercício social de</i>	<i>Índice (ratio) resultante da apuração do índice EBITDA / Despesas Financeira Líquida aplicável</i>
2018	<i>Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.</i>
2019	<i>Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,0 (uma) vez.</i>
2020	<i>Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos) vez.</i>
<i>A partir do exercício social de 2021 inclusive</i>	<i>Índice EBITDA / Despesa Financeira Líquida da Emissora em razão igual ou superior a 2,0 (duas) vez.</i>

### **Dívidas reclassificadas para curto prazo**

Até a data de aprovação das Demonstrações Financeiras de 2018, os titulares dos Empréstimos que a Companhia mantém com o Banco do Brasil e Banco Santander, poderiam deliberar, a declaração de vencimento antecipado dos empréstimos, tornando exigível o saldo devedor dos empréstimos, em decorrência da inobservância dos *covenants* financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nesse contexto, apesar da não deliberação de vencimento antecipado, em conformidade com o que estabelece o CPC 26, item 74, os saldos dos empréstimos com o Banco do Brasil e Banco Santander foram registrados no valor de R\$ 79.998 no passivo circulante.

## **17 FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	2.705	1.799	142.279	146.418
	<u>2.705</u>	<u>1.799</u>	<u>142.279</u>	<u>146.418</u>

## **18 SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e honorários	326	212	37.866	52.589
Férias provisionadas	-	-	61.862	82.787
Encargos sociais	197	128	25.500	36.788
Gratificações e participações de empregados	-	-	1.839	8.700
Outros	-	-	97	1
	<u>523</u>	<u>340</u>	<u>127.164</u>	<u>180.865</u>

## 19 OBRIGAÇÃO COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia é arrendatária em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

### 19.1 Operacional

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, são oriundos de contratos de locação de imóveis utilizadas nas atividades operacionais da Companhia, apresentados a seguir:

	Consolidado
	31/12/2018
2019	48.623
2020	46.552
2021	44.862
2022	42.335
Acima de 5 anos	62.805
	<u>245.177</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores de arrendamentos operacionais reconhecidos como despesa totalizaram R\$54.880 (R\$ 64.563 em 31 de dezembro de 2017).

### 19.2 Financeiros

A Companhia contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos, de informática e imobiliário, destinados à manutenção de suas atividades.

A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:

		Consolidado	
	Taxa média ponderada a.a	31/12/2018	31/12/2017
Custo			
Equipamentos e informática		6.909	6.909
Total		<u>6.909</u>	<u>6.909</u>
Depreciação acumulada			
Equipamentos e informática	33%	(3.282)	(2.591)
Total		<u>(3.282)</u>	<u>(2.591)</u>
Arrendamento líquido		<u>3.627</u>	<u>4.318</u>

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante.

		Consolidado
		31/12/2018
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Até 1 ano	1.805	1.077
De 2 a 5 anos	1.203	718
Total de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil	3.008	1.795
Encargos financeiros	(1.213)	-
Valor presente de pagamentos de arrendamento mínimos	1.795	1.795

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são baseadas em práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

## 20 TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ISS	-	-	5.492	4.868
PIS e COFINS	2.123	1.022	8.845	6.020
Impostos parcelados	183	672	27.061	32.999
IRRF	6	3	188	407
INSS	-	-	3.313	4.166
Outros tributos a recolher	-	-	197	4.397
	<u>2.312</u>	<u>1.697</u>	<u>45.096</u>	<u>52.857</u>
Circulante	2.206	1.591	19.975	29.845
Não circulante	106	106	25.121	23.012

A companhia possui parcelamento nas esferas municipais, estaduais e federais e se referem a ISS, ICMS, PIS, COFINS, INSS e SENAI.

## 21 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação à tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

## 21.1 Contingências com perdas prováveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributário	-	-	72.647	136.915
Trabalhistas	-	-	173.882	151.192
Cíveis	663	554	1.328	2.973
	<u>663</u>	<u>554</u>	<u>247.857</u>	<u>291.080</u>
Circulante	-	-	6	38
Não circulante	663	554	247.851	291.042

A movimentação das contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é demonstrada a seguir:

	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Controladora 31/12/2018
Cíveis	554	43	-	(11)	77	663
Total	<u>554</u>	<u>43</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>77</u>	<u>663</u>
Não Circulante	554					663

	Consolidado						
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária e encargos financeiros	Reversão atualização monetária e encargos financeiros	31/12/2018
Tributário	136.915	31.060	-	(79.900)	13.369	(28.797)	72.647
Trabalhistas	151.192	96.028	(37.106)	(48.350)	12.118	-	173.882
Cíveis	2.973	1.884	-	(3.986)	457	-	1.328
Total	291.080	128.972	(37.106)	(132.236)	25.944	(28.797)	247.857
Circulante	38						6
Não Circulante	291.042						247.851

### 21.1.1 Tributário

As contingências tributárias consolidadas referem-se, principalmente, a: (i) reenquadramento da Companhia na alíquota da contribuição previdenciária RAT (Risco ambiental do Trabalho); e (ii) na discussão acerca da inconstitucionalidade/ilegalidade do multiplicador FAP (Fator Acidentário de Prevenção) aplicada sobre o RAT, em processo judicial.

RAT (Risco ambiental do trabalho)



A contribuição previdenciária RAT que incide sobre a folha de salários, pode ser calculada com base em três diferentes alíquotas (1%, 2% ou 3%), correspondentes aos riscos, baixo, médio e grave, respectivamente, devendo ser aplicada a alíquota que reflete o risco de acidentes ou doenças do trabalho a que são expostos os funcionários de uma dada empresa, tendo em vista a atividade econômica por ela desenvolvida.

Na aplicação da alíquota, além de, levar em consideração a atividade econômica desenvolvida, a pessoa jurídica deve se pautar nos riscos efetivos a que estão expostos seus funcionários, os quais, podem ser aferidos pelos laudos e relatórios técnicos de riscos (PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

A Companhia vinha adotando alíquota que não refletia o risco a que estão sujeitos seus funcionários, recolhendo o tributo a maior. A partir da competência abril/2017 retificou o seu enquadramento, passando a aplicar a alíquota que, concretamente, reflete o risco ambiental do trabalhos ao qual seus empregados estão expostos e, recuperando valores recolhidos a maior a tal título.

A Companhia devidamente amparada por seus Assessores Jurídicos e respaldada por legal opinião de especialistas renomados no mercado, procedeu com a reversão da provisão do RAT no montante de R\$ 92.302 em 30 de setembro de 2018, incluindo os efeitos de atualização monetária. A reversão da provisão em questão é oriunda do auto enquadramento da alíquota do RAT realizado pela Companhia diante da verificação do real grau de risco que sua atividade representa e que a Companhia e seus Assessores/Especialistas julgam ser apropriado. Adicionalmente, tendo em vista recentes julgados, a Companhia e seus Assessores Jurídicos consideram como remota a possibilidade de êxito das autoridades competentes em eventual discussão sobre a matéria.

#### FAP (Fator acidentário de prevenção)

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Previdência Social do Brasil, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”). O FAP tem como base a dicotomia “bônus - malus” e seu valor varia entre 0,5% e 2,0% sobre a alíquota do encargo previdenciário referente ao Risco Ambiental do Trabalho (“RAT”), conforme o maior ou menor grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho, respectivamente.

A Companhia está questionando, judicialmente, a aplicação do multiplicador FAP, pois há diversas ofensas à Constituição Federal do Brasil e à legislação ordinária, na metodologia desenvolvida pela Previdência Social do Brasil.

Em 11 de fevereiro de 2010, foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante decorrente da diferença advinda do multiplicador FAP. Aguarda-se a instauração da dilação probatória e o julgamento em primeira instância.

Em setembro de 2015, o Governo publicou a Resolução CNPS nº 1.327/2015 alterando a sistemática de apuração do tributo, devendo ser considerado o multiplicador de forma individualizada por estabelecimento da empresa.

Em 25 de abril de 2017, o Governo publicou a Resolução CNPS nº 1.329/17 que excluiu o cômputo dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP, a mudança prospectiva, resultou em uma reversão no saldo da provisão no montante de R\$ 22.156.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante provisionado referente ao FAP é de R\$ 41.269 (R\$38.182 em 31 de dezembro de 2017).

### Outras contingências tributárias

Refere-se a IR/CS sobre lucro líquido no valor de R\$ 21.526 (R\$ 36.454 em 31 de dezembro de 2017).

#### 21.1.2 Trabalhista

A Companhia possui diversos processos trabalhistas, inerentes ao setor de atuação, onde as principais discussões estão relacionadas a pedidos de equiparação salarial e de benefícios com as indústrias onde atuamos como prestadores de serviços e horas extras. Existem diversas ações estruturadas em andamento que visam a redução no número de processos entrantes, bem como a melhoria do indicador de improcedência dos pedidos.

A atividade operacional da Companhia a expõe, por meio de ações movidas por colaboradores desligados, a contingências das quais a matéria em discussão está recém regulamentada.

Em 2017, a entrada em vigor da Lei nº. 13.429/17, conhecida como Lei da Terceirização, regulamentando a terceirização, com previsão expressa afastando o vínculo de emprego entre empregados de empresas prestadoras de serviços e os seus tomadores, foi um primeiro grande avanço para o setor.

Até então, o Brasil não dispunha de legislação específica sobre a terceirização e o Judiciário tratava as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (“TST”), que autorizava a terceirização apenas de “atividade meio” das empresas. Neste cenário, a lei contribuiu de forma positiva ao setor da Companhia, aumentando a segurança jurídica em torno destas discussões.

No final de 2017, a reforma na legislação trabalhista (Lei 13.467/17), que entrou em vigor em 11 de novembro, também trouxe avanços para as relações trabalhistas, gerando maior segurança jurídica, privilegiando os acordos individuais e coletivos, prevendo expressamente que os órgãos públicos não poderão restringir direitos legalmente previstos, nem criar obrigações que não estejam na lei.

Em de agosto de 2018, um novo marco para a regulamentação da terceirização no Brasil teve início, momento em que o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou como lícita a terceirização de forma ampla e irrestrita, não havendo mais a antiga discussão sobre “atividade meio” e “atividade fim”, contribuindo de forma positiva ao setor da Companhia, declarando inconstitucional a Súmula 331 do TST, por considerar a interpretação do judiciário trabalhista equivocada ao restringir as possibilidades de terceirização no Brasil.

Neste mesmo sentido, em outubro de 2018, o STF emitiu outro posicionamento favorável, em um julgamento esperado pelo setor desde 2014, sobre a licitude da terceirização de serviços pelas companhias telefônicas para os prestadores de serviços especializados, conforme prevista na Lei Geral das Telecomunicações. A declaração de nulidade de pedido de vínculo de emprego nas ações judiciais trabalhistas passou a produzir efeitos positivos em todas as instâncias por ter repercussão geral, em diversos processos em andamento e, em

breve, também passará a produzir efeitos positivos em todos os processos que estavam sobrestados desde 2014.

O reflexo de todas as alterações na legislação trabalhista e das decisões do STF já é percebido por todas as empresas que possuem mão de obra intensiva, vez que o número de novas reclamações trabalhistas está em uma curva descendente.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante provisionado referente aos processos trabalhistas totalizavam R\$173.882 (R\$151.192 em 31 de dezembro de 2017).

#### 21.1.3 Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que, em sua grande maioria, envolvem discussões contratuais classificadas como perda provável, somam o montante de R\$ 1.328, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.973 em 31 de dezembro de 2017).

### 21.2 Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia possui contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de setembro de 2018 as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Tributária	176.005	165.608
Trabalhistas	211.225	162.840
Cíveis	63.801	61.995
	<u>451.031</u>	<u>390.443</u>

#### 21.2.1 Tributário

A Companhia possui processos que discutem a aplicação de normas tributárias que padecem de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade e que, por conseguinte, embasam a exigência indevida de tributos tais como Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre Tarifa sobre Uso do Sistema Distribuição (TUSD) e Tarifa sobre Uso do Sistema de Transmissão (TUST), Imposto sobre Serviços (ISS) e ICMS nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS), que na opinião dos nossos assessores jurídicos, são classificados com perda possível, perfazendo o montante de R\$ 176.005 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 165.608 em 31 de dezembro de 2017).

#### 21.2.2 Trabalhista e previdenciária

A Companhia é parte em processos trabalhistas de ex-colaboradores que montam R\$ 121.103, como perda possível, calculado com base no histórico de êxito médio e improcedências dos últimos 36 meses. Adicionalmente, existem ações judiciais movidas por

entidades sindicais e órgãos públicos que, na opinião de nossos assessores legais, são classificadas como perda possível, totalizando R\$ 90.122. Sendo assim, os valores de perda possível somam o montante de R\$ 211.225, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 162.840 em 31 de dezembro de 2017).

### 21.2.3 Cível

A Companhia é parte em processos com fornecedores que discutem o cumprimento de cláusulas contratuais. Na avaliação de nossos assessores legais, estas demandas são de perda possível. O saldo em 31 de dezembro de 2018 totalizava R\$ 63.801 ( R\$ 61.995 em 31 de dezembro de 2017).

## 22 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de Clientes (a)	111.440	152.354
Outras obrigações	2.412	6.444
	<u>113.852</u>	<u>158.798</u>
Circulante	2.132	4.385
Não circulante	111.720	154.413

(a) Adiantamentos recebidos de clientes em exercícios anteriores, para fazer face a prestação de serviços futuros contratados, cujo prazos de liquidação, dos referidos adiantamentos, estão sendo negociados entre as partes.

## 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 23.1 Capital Social

O capital social da Companhia é R\$ 247.623 (duzentos e quarenta e sete milhões e seiscentos e vinte e três mil), dividido em 15.727.661 (quinze milhões, setecentos e vinte e sete mil e seiscentos e sessenta e um) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

	Quantidade		Participação do capital			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Ordinárias	15.727.661	4.185.596	247.623	100%	188.866	100%
	<u>15.727.661</u>	<u>4.185.596</u>	<u>247.623</u>	<u>100%</u>	<u>188.866</u>	<u>100%</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que o valor do seu capital social alcance R\$ 1.100.000 (um bilhão e cem milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

Ao detentor de cada ação ordinária é conferido o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias, conforme previsto em seu estatuto social.

Houve um aumento de capital no valor de R\$ 58.757 decorrentes de conversões de debêntures em ações, conforme abaixo detalhados:

- (i) R\$ 19.062, correspondentes a 3.733.206 ações ordinárias, resultantes da conversão de 18.212.314 Debêntures de 3ª série da 5ª emissão da Companhia;
- (ii) R\$20.698, correspondentes a 4.051.855 ações ordinárias, resultantes da conversão de 19.772.009 Debêntures de 4ª série da 5ª emissão da Companhia;
- (iii) R\$ 18.997, correspondentes a 3.757.004 ações ordinárias, resultantes da conversão de 19.195.721 Debêntures de série única da 6ª emissão da Companhia.

Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$ 188.866, dividido em 4.185.596 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 247.623, dividido em 15.727.661 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### 23.1.1 Composição do capital social por natureza

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ações ordinárias	15.727.661	4.185.596
Ações em tesouraria	(66.135)	(68.083)
Ações em circulação	<u>15.661.526</u>	<u>4.117.513</u>

#### 23.1.2 Movimentação das ações em circulação

	Consolidado	
	Quantidade de ações em circulação	
	31/12/2018	31/12/2017
Ações ON no início do exercício	4.117.513	4.117.513
Transferência de ações (tesouraria)	1.948	-
Aumento de capital por conversão de debêntures	11.542.065	-
Ações no final do exercício	<u>15.661.526</u>	<u>4.117.513</u>

#### 23.2 Ações em tesouraria

A Companhia possui 66.135 ações de sua própria emissão em tesouraria, correspondente ao valor registrado no patrimônio líquido de R\$ 19.450 em 31 de dezembro de 2018.

#### 23.3 Composição do capital por titularidade

A posição acionária dos maiores acionistas apresentada a seguir:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Telis Participações S.A.	-	-	352.893	8,43
Vertere Participações S.A.	-	-	352.893	8,43
Nanak RJ Participações S.A.	1.000.000	6,36	-	-
Outros	14.661.526	93,22	3.411.727	81,51
Ações em tesouraria	66.135	0,42	68.083	1,63
	<u>15.727.661</u>	<u>100%</u>	<u>4.185.596</u>	<u>100%</u>

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal estão vinculados à Câmara de Arbitragem do Mercado para a solução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além, daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto social.

#### 23.4 Distribuição do lucro

Em decorrência do prejuízo acumulado no exercício não houve distribuição de lucro.

#### 23.5 Reserva para aquisição de não controladora

Refere-se a aquisição adicional de participação de não controladores de 20% das ações da controlada TODO Soluções em Tecnologia S.A.

#### 23.6 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi gerada pela incorporação reversa da Contax S.A. que será capitalizado em favor dos acionistas após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99 e 349/01.

#### 23.7 Reservas de lucros

O estatuto social da Companhia prevê que a reserva estatutária será constituída com o objetivo de assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como para reforçar seu capital de giro.

### 24 RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta		
Serviços de Contact Center	1.292.378	1.741.401
Serviços de Trade Marketing	189.943	114.801
Serviços de desenvolvimento de software	23.077	31.067
Receita operacional bruta	<u>1.505.398</u>	<u>1.887.269</u>
Impostos sobre as vendas		
COFINS	(51.917)	(60.260)
ISS	(41.803)	(60.047)
INSS	(39.991)	(53.092)
ICMS	-	(11)
PIS	(11.254)	(13.060)
Receita operacional líquida	<u>1.360.433</u>	<u>1.700.799</u>

## 25 RESULTADO POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

### 25.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços prestados		
Reversão (Provisão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(99.127)	(159.839)
Serviços de terceiros	(113.539)	(124.480)
Depreciação/amortização	(37.132)	(51.243)
Salários e benefícios a empregados	(1.027.034)	(1.259.783)
Energia elétrica	(35.643)	(40.083)
Aluguéis e seguros	(61.886)	(74.823)
Marketing e patrocínios	(4.985)	(2.821)
Outros	(13.647)	(14.809)
	<u>(1.392.993)</u>	<u>(1.727.881)</u>

### 25.2 Comerciais

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com vendas		
Reversão (Provisão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6	(9)
Serviços de terceiros	(499)	(911)
Salários e benefícios a empregados	(3.071)	(3.812)
Energia elétrica	(56)	-
Marketing e patrocínios	(1.656)	(949)
Provisão de perda para créditos de liquidação duvidosa	1.100	(1.591)
Outros	-	(78)
	<u>(4.176)</u>	<u>(7.350)</u>

## 25.3 Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas administrativas				
Reversão (Provisão) de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(161)	(74)	(6.417)	(9.878)
Serviços de terceiros	(2.552)	(4.555)	(38.759)	(43.354)
Depreciação/amortização	(40)	(34)	(29.501)	(36.948)
Salários e benefícios a empregados	(906)	(572)	(49.111)	(64.819)
Honorários	(4.529)	(2.715)	(4.529)	(2.715)
Energia elétrica	-	-	(1.628)	(4.103)
Aluguéis e seguros	(384)	(280)	(5.306)	(4.213)
Comunicação institucional	(1.043)	(1.108)	(5.094)	(6.263)
Outros	(282)	(433)	(2.879)	(7.871)
	<u>(9.897)</u>	<u>(9.771)</u>	<u>(143.224)</u>	<u>(180.164)</u>

## 25.4 Abertura da remuneração de colaboradores

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração fixa	(4.529)	(2.715)
Encargos sociais	(906)	(572)
	<u>(5.435)</u>	<u>(3.287)</u>
	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração fixa	(664.008)	(793.886)
Encargos sociais	(148.828)	(166.709)
Benefícios	(201.366)	(241.358)
Participação dos empregados nos resultados	5.347	(11.285)
Remuneração variável	(68.892)	(112.788)
Outros	(5.998)	(5.103)
	<u>(1.083.745)</u>	<u>(1.331.129)</u>

A seguir demonstração da remuneração de colaboradores por natureza:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Gerais e Administrativas		
Salários e benefícios a empregados	(906)	(572)
Honorários	(4.529)	(2.715)
	<u>(5.435)</u>	<u>(3.287)</u>
	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos serviços prestados	(1.027.034)	(1.259.783)
Comerciais	(3.071)	(3.812)
Gerais e Administrativas		
Salários e benefícios a empregados	(49.111)	(64.819)
Honorários	(4.529)	(2.715)
	<u>(1.083.745)</u>	<u>(1.331.129)</u>



## 26 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas				
Reversão de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11	220	83.836	45.317
Despesas recuperadas	(523)	873	80.235	51.586
Venda de imobilizado	-	-	2.450	1.222
Outras	-	-	1.293	870
	<u>(512)</u>	<u>1.093</u>	<u>167.814</u>	<u>98.995</u>
Despesas				
Provisão de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(43)	(1.292)	(36.005)	(81.305)
Custo de imobilizado baixado	(4)	-	(1.075)	(13.535)
Perda de dívida de clientes em recuperação judicial	-	-	-	(11.507)
Programas de regularização tributária	-	-	-	(6.689)
Outras	(196)	(169)	(4.595)	(3.571)
	<u>(243)</u>	<u>(1.461)</u>	<u>(41.675)</u>	<u>(116.607)</u>
	<u>(755)</u>	<u>(368)</u>	<u>126.139</u>	<u>(17.612)</u>

## 27 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

### 27.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Rendimento de aplicações financeiras	205	352	8.111	18.326
Juros e atualização monetária/cambial sobre outros ativos	1.038	5.203	16.460	20.678
Ganho com valor justo	-	185.892	6.068	263.752
Juros sobre debêntures	4.799	100.838	-	1.459
Desconto de Dívida "Haircut" (nota 16).	34.761	-	34.761	62.858
Outras	-	26.133	-	550
	<u>40.803</u>	<u>318.418</u>	<u>65.400</u>	<u>367.623</u>

### 27.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Juros sobre debêntures (nota 16)	(54.326)	(120.782)	(54.326)	(120.782)
Juros sobre financiamento (nota 16)	(9.445)	(4.142)	(27.134)	(33.384)
Juros e variações monetárias e cambial (nota 16)	(1.558)	(13.688)	(3.824)	(20.086)
Juros e atualização monetária de contingências	(77)	(21)	(16.646)	(37.179)
Comissão carta de fiança	-	(2.217)	(2.772)	(7.018)
Resultado com instrumentos financeiros (nota 16)	(10.403)	-	(13.249)	(11.628)
Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(1.908)	-	(1.941)	(1)
Multas e juros para provisão de risco ambiental do trabalho	-	-	-	(7.976)
Programas de regularização tributária	-	-	-	(22.491)
Outras	(2.460)	(4.787)	(3.359)	(14.691)
	<u>(80.177)</u>	<u>(145.637)</u>	<u>(123.251)</u>	<u>(275.236)</u>

## 28 RESULTADO POR AÇÃO

Após a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada ação ordinária, e a reforma do Estatuto Social da Companhia para, entre outros, adequá-lo às cláusulas mínimas do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa, deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2016, o capital social da Companhia passou a ser composto unicamente por ações da espécie ordinária.

O prejuízo por ação no período foi calculado observando-se os requerimentos da Deliberação CVM nº 664/2010, bem como as disposições do estatuto social da Companhia e da Lei das Sociedades por Ações, conforme demonstrado abaixo.

### 28.1 Resultado básico por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(223.435)	(386.383)
Número médio ponderado de ações	7.678.474	4.117.513
Prejuízo por ação - em R\$	(29,0989)	(93,8389)

### 28.2 Resultado diluído por ação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo do exercício	(223.435)	(386.383)
Número médio ponderado de ações	7.678.474	4.117.513
Prejuízo por ação - em R\$	(29,0989)	(93,8389)

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam efeito de diluição.

Em 31 de dezembro de 2018, o total de 134.862.849 opções em aberto (debêntures conversíveis em ações), não foram consideradas no cálculo do resultado por ação diluído, pois sua conversão possui efeito antidiluidor no resultado por ação da Companhia.

## 29 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Todos os valores e demais condições das transações entre as partes relacionadas são determinados por acordos entre elas.

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são contraídos entre partes relacionadas, oriundos de serviços prestados, transferência de recursos financeiros de forma

onerosa, etc. Tais direitos e obrigações são necessariamente pactuados em condições acordadas entre as partes formalizadas em contratos.

Todos os direitos entre controladora e controladas foram divulgados, assim como da Companhia e suas controladas com partes relacionadas não consolidadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as transações entre as partes relacionadas consolidadas foram eliminadas para elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 29.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia repassou recursos por meio de contrato de mútuo e de emissão de debêntures à sua subsidiária integral Liq Corp S.A.

Os saldos de tais operações estão demonstrados nos quadros abaixo:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve a necessidade de constituição de qualquer valor a título de provisão para perda com operações com partes relacionadas.

		Controladora			
		Em 31.12.2018		Em 31.12.2017	
Empresas	Natureza da transação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Controlada Liq Corp S.A.	Debêntures	-	1.169.951	-	1.073.001

  

		Em 31.12.2018		Em 31.12.2017	
Empresas	Natureza da transação	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Controlada Liq Corp S.A.	Mútuo	28.901	-	9.031	5.052

## 29.2 Avais concedidos

Em 31 de dezembro de 2018 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

## 29.3 Remuneração dos administradores (conselheiros de administração e diretores estatutários)

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os membros da diretoria estatutária. Em 31 de dezembro de 2018 este grupo está composto por 12 profissionais (9 profissionais em 31 de dezembro de 2017).

O total da despesa com remuneração e benefícios a esses profissionais, estão apresentados a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017
	Liq Participações S.A.	Liq Corp S.A.	Total	Total
Salários	-	4.990	4.990	5.352
Honorários (pró-labore)	4.123	-	4.123	2.346
Benefícios	-	588	588	530
Bônus	-	4.837	4.837	6.852
Encargos (INSS/FGTS)	825	1.784	2.609	2.474
	<u>4.948</u>	<u>12.199</u>	<u>17.147</u>	<u>17.554</u>

A remuneração dos administradores é objeto de aprovação pela assembleia geral ordinária (“AGO”) da Companhia, sendo individualizadas as verbas por órgão (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração).

Os valores de remuneração para os administradores para o exercício de 2018 foram aprovados pela maioria dos acionistas que compareceram à AGO de 23 de abril de 2018.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Liq não concedeu empréstimos de curto prazo, tampouco concedeu garantias em nome dos administradores ou de membros de suas respectivas famílias.

### 30 DIVIDENDOS A PAGAR

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social; (ii) do saldo lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei no. 6.404/76, destinar-se-ão 25%, para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; e (iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitado o registro de lucros na reserva de lucros a realizar, será levada à Reserva para Investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do Capital Social.

O Conselho de Administração deliberou no dia 30 de abril de 2015 sobre a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no montante bruto de R\$ 24.161.539,91 (sendo R\$0,072199552 por ação ordinária e preferencial e R\$0,360997760 por Unit CTAX11), ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram creditados.

O Conselho de Administração deliberou no dia 10 de dezembro de 2015 para a suspensão do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, tendo em vista a modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração.

O Conselho de Administração deliberou em 16 de dezembro de 2016, o aumento de capital privado da Companhia, no valor de R\$ 7.228.225,74, correspondente ao valor total dos créditos habilitados, oriundos dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, cujo pagamento foi suspenso, atualizados

monetariamente, pela Taxa Referencial Diária (TR), entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015 e, pela variação do CDI, a partir 01 de janeiro de 2016 até 24 de novembro de 2016, líquidos de tributos, mediante a emissão de 727.918 ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,93 por ação, fixado nos termos do Art. 170, §1º, inciso III, da Lei das S.A..

<b>Proposta de Dividendos em 30/04/2015</b>	24.162
Atualização monetária	3.469
Total do dividendos à pagar em 25/11/2016	<u>27.631</u>
<b>Forma de Pagamento</b>	
Aumento de Capital Privado realizado em 10/02/2017	7.228
Total de dividendos à pagar após aumento de capital	<u>20.403</u>
Atualização monetária	3.842
<b>Total de dividendos em 31/12/2018</b>	<u><b>24.245</b></u>

### 31 COBERTURA DE SEGUROS

A Liq possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional a Liq. Todas as apólices de seguro da Liq são renováveis automaticamente.

Em 31 dezembro de 2018, a cobertura de seguros da Liq, estão contratadas conforme demonstrados no quadro abaixo:

Bens segurados	Consolidado	
	31/12/2018	
	Importâncias seguradas	Vencimento
Responsabilidade civil de diretores e administradores	160.000	25/05/2019
Patrimônio / Lucros cessantes	250.000	14/08/2019
Responsabilidade civil geral	10.000	14/08/2019

### 32 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em atendimento a NBC TG 03/R3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos passivos provenientes das atividades de financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

									Controladora
	Em 31 de dezembro de 2017	Fluxo de Caixa	Juros e variação monetária	Alterações não caixa					Em 31 de dezembro de 2018
				Conversão	Custos com Reperfilamento	Haircut	Valor Justo	Outros	
Debêntures circulantes	26	-	-	-	-	-	-	(6)	20
Derivativos embutidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos circulantes	-	-	-	-	-	-	-	34.685	34.685
Debêntures não circulantes	1.029.063	85.655	54.327	(59.657)	6.482	(34.762)	(1.038.116)	6	42.998
Derivativos embutidos	-	-	-	(738)	-	-	10.403	-	9.665
Empréstimos não circulantes	25.226	-	9.446	-	13	-	-	(34.685)	(0)
Dividendos a pagar não circulante	22.781	-	1.464	-	-	-	-	-	24.245
Total dos passivos de atividades de financiamento	1.077.096	85.655	65.237	(60.395)	6.495	(34.762)	(1.027.713)	-	111.613

												Consolidado
	Em 31 de dezembro de 2017	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa								Em 31 de dezembro de 2018	
			Juros e variação monetária	Novas Captações	Amortização Principal	Amortização juros	Conversão	Custos com Reperfilamento	Haircut	Valor Justo	Outros	
Debêntures circulantes	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6)	20
Derivativos embutidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos circulantes	58.848	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.068	88.916
Obrigação segundo compromissos de arrendamento mercantil financeiro circulantes	1.186	-	-	-	(109)	-	-	-	-	-	-	1.077
Debêntures não circulantes	1.029.063	85.655	54.327	-	-	-	(59.657)	6.482	(34.762)	(1.038.116)	6	42.998
Derivativos embutidos	-	-	-	-	-	-	(738)	-	-	10.403	-	9.665
Empréstimos não circulantes	128.230	(85.655)	26.220	5.025	(34.578)	(2.848)	-	26	-	-	(30.068)	6.352
Obrigação segundo compromissos de arrendamento mercantil financeiro não circulantes	1.795	-	-	-	(1.077)	-	-	-	-	-	-	718
Dividendos a pagar não circulante	22.781	-	1.464	-	-	-	-	-	-	-	-	24.245
Total dos passivos de atividades de financiamento	1.241.929	-	82.011	5.025	(35.764)	(2.848)	(60.395)	6.508	(34.762)	(1.027.713)	-	173.991

### 33 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2019, na Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia, foi deliberado (i) a dispensa de manutenção dos índices financeiros ("covenants") previstos na 1ª Emissão referente aos trimestres findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de março de 2019; e (ii) a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures em relação ao descumprimento do prazo máximo para abertura da Conta Reserva previsto no instrumento de Cessão Fiduciária, bem como a prorrogação do prazo para abertura da Conta Reserva até 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de janeiro de 2019, na Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série da 1ª Emissão da Companhia, foi deliberado (i) a postergação das datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures destas séries que seriam devidos em 15 de março de 2019 para 15 de junho de 2019; (ii) a dispensa de manutenção dos índices financeiros ("covenants") previstos na 1ª Emissão referente aos trimestres findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de março de 2019; e (iii) a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures em relação ao descumprimento do prazo máximo para abertura da Conta Reserva previsto no instrumento de Cessão Fiduciária, bem como a prorrogação do prazo para abertura da Conta Reserva até 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de janeiro de 2019, na Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª e 4ª Séries da 5ª Emissão da Companhia, foi deliberado (i) a postergação das datas de Pagamento da Remuneração das

Debêntures destas séries que seriam devidos em 15 de março de 2019 para 15 de junho de 2019; (ii) a dispensa de manutenção dos índices financeiros ("covenants") previstos na 5ª Emissão referente aos trimestres findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de março de 2019; e (iii) a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures em relação ao descumprimento do prazo máximo para abertura da Conta Reserva previsto no instrumento de Cessão Fiduciária, bem como a prorrogação do prazo para abertura da Conta Reserva até 30 de junho de 2019.

Em 31 de janeiro de 2019, na Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série da 5ª Emissão da Companhia, foi deliberado (i) a dispensa de manutenção dos índices financeiros ("covenants") previstos na 5ª Emissão referente aos trimestres findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de março de 2019; e (ii) a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures em relação ao descumprimento do prazo máximo para abertura da Conta Reserva previsto no instrumento de Cessão Fiduciária, bem como a prorrogação do prazo para abertura da Conta Reserva até 30 de junho de 2019.

Em 20 de fevereiro de 2019, na Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, foi deliberado a dispensa de manutenção, pela Companhia, dos índices financeiros ("covenants") previstos na 2ª Emissão referente ao 4º trimestre de 2018, findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 20 de fevereiro de 2019, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, em segunda convocação, foi deliberado (i) a postergação de data de Pagamento da Remuneração das Debêntures que seria devido em 15 de março de 2019 para 15 de abril de 2019; (ii) dispensa de manutenção dos índices financeiros ("covenants") previstos na 3ª emissão exclusivamente referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2018; e (iii) a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures em relação ao descumprimento do prazo máximo para abertura da Conta Reserva previsto no instrumento de Cessão Fiduciária, bem como prorrogação do prazo para abertura da Conta Reserva até 15 de abril de 2019.

Em 20 de fevereiro de 2019, na Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 1ª Emissão de Debêntures e da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, foi deliberado a postergação de data de Pagamento da Remuneração das Debêntures desta Série que seria devido em 15 de março de 2019 para 15 de abril de 2019.

Em 28 de fevereiro de 2019, na Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, foi deliberado (i) a dispensa de manutenção dos índices financeiros ("Covenants") previstos na alínea "o" da Cláusula III, item 22.1 da Escritura, em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2019; e (ii) a não decretação do vencimento antecipado das Debêntures em relação ao descumprimento do prazo máximo para abertura da Conta Reserva previsto no instrumento de Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula III, item 23.1, alínea "kk" da Escritura, bem como prorrogação do prazo para abertura da Conta Reserva até 15 de março de 2019.

### **Diretoria**

Marcelo Luiz Dias Chianello	Diretor Presidente
André Tavares Paradizi	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Cristiane Almeida de Souza Cé	Diretora Jurídica e <i>Compliance</i>

### **Conselho de Administração**

Fábio Soares de Miranda Carvalho	Titular / Independente - Presidente
Márcio Adolpho Girão Barros Quixadá	Titular / Independente - Vice Presidente
André Ferreira Peixoto	Titular / Independente
Gustavo Fleichman	Titular / Independente
Maúricio Leonardo Hasson	Titular / Independente
Rafael de Souza Morsch	Titular / Independente
Rodrigo de Alvarenga	Titular / Independente
Rodrigo Soares Lélles	Titular / Independente
Rogério Rodrigues Bimbi	Titular / Independente

### **Conselho Fiscal**

Ademir José Scarpin	Titular - Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti	Titular
Vital Jorge Lopes	Titular
Demétrio Cokinos	Suplente
José Octávio Vianello de Melo	Suplente
Massao Fábio Oya	Suplente

José Vanderlei Weber  
Técnico Contábil  
CRC SP - 256303/O-3

Francisco Paulo Macambira Haick  
Gerente Sênior de Controladoria